

# Pesquisador americano é enfático: Chomsky: “Raiz do conflito é a expansão da Otan para Leste”



**“Não há justificativa para a Otan implantar armas na fronteira russa”, disse**

A posição russa já é bastante clara há algum tempo. O ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, declarou na sua conferência de imprensa nas Nações Unidas: ‘A questão principal é a nossa posição clara sobre a inadmissibilidade da uma maior expansão da OTAN para o leste e a implantação de armas de ataque que possam ameaçar o território da Federação Russa’, afirmou o pesquisador norte-americano Noam Chomsky. As afirmações de Chomsky foram em entrevista ao portal Truth Out. P. 7

“posição russa já é bastante clara há algum tempo. O ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, declarou na sua conferência de imprensa nas Nações Unidas: ‘A questão principal é a nossa posição clara sobre a inadmissibilidade da uma maior expansão da OTAN para o leste e a implantação de armas de ataque que possam ameaçar o território da Federação Russa’, afirmou o pesquisador norte-americano Noam Chomsky. As afirmações de Chomsky foram em entrevista ao portal Truth Out. P. 7



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

## Telegram obedece STF e suspende conta do fascista Allan dos Santos



Arquivo  
Governo Zelenski acoberta milícias nazistas que inclusive foram incorporadas ao Exército. Vítimas em Odessa

## Nazis ucranianos que queimaram 42 pessoas vivas seguem impunes

Filme francês mostra crimes de neonazis no golpe que instalou poder atual na Ucrânia

Os criminosos que atearam fogo em prédio dos sindicatos e causaram o massacre em 2014, além de permanecerem impunes até hoje, integram as forças armadas na Ucrânia. O presidente russo, Vladimir

Putin, se comprometeu em levar a julgamento e punir os autores do assalto neonazista à Casa dos Sindicatos em Odessa em que 42 manifestantes anti-fascistas morreram queimados vivos e mais de 200 ficaram feridos, em 2 de maio de 2014. As atrocidades estão contadas no filme sobre a “revolução colorida”, “Ukraine: Les Masques de la Révolution” (“Ucrânia: As Máscaras da Revolução”), do diretor francês Paul Moreira.

É um documentário sobre a crise instaurada na Ucrânia com a tomada do poder através do golpe da praça Maidan, instalando em Kiev uma junta neonazi a serviço da Casa Branca.

É um documentário sobre a crise instaurada na Ucrânia com a tomada do poder através do golpe da praça Maidan, instalando em Kiev uma junta neonazi a serviço da Casa Branca. **Página 6**

A rede social Telegram decidiu obedecer à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) e suspendeu a conta do bolsonarista foragido Allan dos Santos, que está morando nos EUA e continuava agredindo ministros da Corte. Alexandre de Moraes tinha dado 24h para o canal suspender a conta, caso contrário, seria bloqueado em todo o território nacional por 48 horas e ainda teria que pagar uma multa de R\$ 100 mil. No início de janeiro, o ministro Alexandre de Moraes havia determinado que a rede social excluísse três perfis ligados a Allan dos Santos, mas a providência não foi atendida. **Pág. 3**

## Bolsonaro corta salários mas dá subsídios de 20 bi a empresários

O governo vive falando que não há espaço fiscal para repor as perdas salariais dos servidores provocadas pela inflação, que não há recursos para investimentos públicos, que tem que cortar na Saúde, Educação, Ciência etc. Mas, na sexta-feira (25), anunciou um corte linear de 25% no IPI para todos os produtos industrializados, uma renúncia de R\$ 20 bilhões. **P. 2**

## Lula procura MDB em busca de apoio

O ex-presidente Lula está em busca de apoio no MDB para a eleição. Segundo o jornal “Folha de S.Paulo”, Lula deve se encontrar depois do Carnaval com lideranças do partido. **Pág. 3**

## Cidadania e PSDB: avança federação

Depois de aprovar a federação partidária com os tucanos, lideranças do Cidadania têm pressionado a direção do PSDB para que mantenha distância total do bolsonarismo. **Pág. 3**

## Resposta russa ao ser impedida no Swift pode consolidar União Eurásica e yuan

“Tirar um país com a importância da Rússia do sistema de pagamentos de internacional, o Swift, tem um impacto imenso. Por exemplo, somente a Rússia poderia resolver os problemas de demanda energética imediata da Europa. Não se coloca um país como a Rússia fora do sistema internacional impunemente”, analisa Elias Jabour, professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e em Relações Internacionais da UERJ. “A Rússia terá de operar com o euro, fortalecendo a posição desta moeda. Por outro lado, poderá especular no mercado de ouro – e, o mais importante, do ponto de vista estratégico, consolidar a União Eurásica tendo o yuan como moeda oficial do bloco”, afirmou. **Pág. 7**

## Aras protege O2 com “apuração preliminar” de uso ilegal da Receita

O PGR, Augusto Aras tem usado as apurações preliminares, ou “notícias de fato”, para atrasar ou impedir a abertura de um inquérito, que possa, de fato, elucidar o uso indevido da Receita Federal. **Pág. 3**

## STF já é favorável ao direito à “revisão da vida toda”

## IPI: governo corta salários e investimentos e dá subsídio de R\$ 20 bi a empresários

O governo vive falando que não há espaço fiscal para repor as perdas salariais dos servidores públicos provocadas pela inflação, que não há recursos para investimentos públicos, que tem que fazer cortes na Saúde, Educação, na Ciência e Tecnologia, etc, e que o Estado estaria quebrado. Mas, na sexta-feira (25), Bolsonaro anunciou um corte linear de 25% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para todos os produtos industrializados.

O anúncio da medida foi antecipado por Paulo Guedes, durante evento com banqueiros na terça-feira (22). “Com a redução do IPI, estando dando um pontapé para reindustrializar o Brasil”, asseverou o ministro, responsável pela desastre econômico que levou o país à estagflação, com as maiores taxas de desemprego e subemprego já vistas nos Brasil.

Segundo a Anafisco [Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal], o montante anual de renúncias fiscais no Brasil é de R\$ 457 bilhões, sendo justificados econômica e socialmente apenas R\$ 141 bilhões. Não se justifica que o governo se recuse, por exemplo a reajustar a tabela do imposto de renda, estrangulando a classe média assalariada, e ao mesmo tempo diga que tem “espaço fiscal” para aliviar os empresários.

Para o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), a redução do IPI, além de não promover a industrialização trará graves prejuízos à população. “A prática brasileira já mostrou que a iniciativa aponta para dois equívocos, a redução do IPI em passado recente não mostrou resultado satisfatório para incentivar a indústria; e não há aumento estrutural da arrecadação que justifique a redução de receitas”, diz o Comsefaz em nota.

“A justificativa utilizada pelo Ministério da Economia para implementar a redução de 25% do IPI de incentivar a indústria brasileira não é plausível, pois isso já foi realizado recentemente, em 2008, não surtiram os efeitos esperados. A redução do IPI não se mostrou a melhor forma de incentivar a atividade industrial, tampouco de reduzir o preço final ao consumidor. O que fez, de fato, foi alargar as margens de retorno do setor beneficiado”, denunciam os estados.

“Qualquer redução da arrecadação com a justificativa de que houve aumento estrutural precisa ser visto com preocupação. Os Estados enfrentam grave crise fiscal desde 2014, estão longe de recuperar as receitas necessárias para prestar os serviços públicos com a qualidade que a população necessita”, acrescentam os secretários.

A União arrecadou R\$ 71,3 bilhões com esse imposto sobre a indústria em 2021. Desse total, R\$ 42,8 bilhões foram direcionados aos cofres dos governos locais. Os cálculos são da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), entidade que reúne os fiscais de tributos estaduais. Esses vultosos recursos vão faltar lá na ponta. São os estados e municípios que fazem prioritariamente a prestação de serviços à população. Saúde, Educação, transportes.

Do total das perdas de arrecadação, a União arcará com R\$ 8,4 bilhões e os subnacionais arcarão com R\$ 12,5 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões no Fundo de Participação dos Estados (FPE), R\$ 5,3 bilhões no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 2,1 bilhões no Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPI-Exp).

Isso, sem descontar o repasse de 20% para o FUN-DEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Os Fundos Constitucionais FNE (Fundo de Financiamento do Nordeste), FNO (Fundo de Financiamento do Norte) e FCO (Fundo de Financiamento do Centro-Oeste), que financiam políticas de desenvolvimento regional, também serão impactados em R\$ 0,6 bilhões, continua o Comsefaz.

Além de todos esse prejuízos para o país, o 1º vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), também denunciou que a medida atinge frontalmente a Zona Franca de Manaus. “A Zona Franca da Manaus acaba de sofrer o mais grave ataque de sua história com a publicação, pelo presidente Bolsonaro, do decreto 10.979”, afirmou Ramos.

Ele anunciou no início da noite desta 6ª feira (25. fev.2022) que acionará o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por causa da redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). “Com essa medida, para fazer demagogia fiscal, para fazer populismo eleitoral, o presidente Bolsonaro está transferindo empregos dos amazenses”, declarou o vice-presidente da Câmara. Segundo o deputado, trata-se de crime eleitoral do presidente Jair Bolsonaro (PL), que deverá tentar reeleição em outubro.

A Zona Franca é uma região onde indústrias têm incentivos fiscais para se instalar. Com redução da carga tributária no país todo, fica menos atrativa. Escorar a produção de Manaus para os principais mercados consumidores é custoso. “Ainda resta o crime eleitoral, posto que a lei 9.504 impede a concessão de benefícios em ano eleitoral. Nós vamos denunciar essa medida”, disse Ramos, citando o Art. 73 da lei, que diz: são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.

# Ildo: ganhos do petróleo, do povo, não podem ficar só com acionistas

“São R\$ 250 bilhões por ano de lucros que podem ser usados para investir em educação pública, saúde pública, infraestrutura, reforma urbana, reforma agrária, transição energética para as renováveis, subsidiar e regularizar os preços dentro do mercado interno quando necessário, quando politicamente justificável”

Nesta edição, damos prosseguimento à palestra do professor Ildo Sauer, titular do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, no seminário “A crise dos combustíveis e da eletricidade: Soberania e desenvolvimento nacional”, promovido pelo Clube de Engenharia no dia 17 de fevereiro.

Na primeira parte, o professor da USP, uma das maiores autoridades em energia do país, falou sobre o setor elétrico (<https://horadopovo.com.br/modelo-eletrico-brasileiro-esta-completamente-errado-e-deficiente-alerta-ildo-sauer/>). Ele destrinchou as causas da crise do setor. Agora ele analisa o problema da explosão de preços dos combustíveis derivados do petróleo. Segundo Ildo Sauer, as duas crises estão interligadas e têm como causa comum a desestruturação das empresas públicas e o desmonte do Estado brasileiro.

Veja a seguir trechos da palestra do especialista. A matéria completa pode ser acessada no site do HP em Especial: <https://horadopovo.com.br/ildo-o-petroleo-e-do-povo-brasileiro-seus-ganhos-nao-podem-ficar-so-com-acionistas/>. S.C.

## Preço dos combustíveis no Brasil: Fatos, versões, mitos, conflitos e controvérsias

“Desde o governo Getúlio Vargas, quando passou-se a tentar organizar, através do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), um mercado de derivados, da entrada da mobilidade pelos veículos, que permitiram que nós abandonássemos os carros de boi, os burros, jegues, em favor da mobilidade, e também nos livrar um pouco da rigidez – embora seja favorável – das locomotivas e dos trens a vapor, que eram fixos, agora, com o carro, nós passamos a poder chegar a todas as regiões do país com flexibilidade. Desde então, a política de preço já era, até porque dependíamos da importação, vinculada aos preços internacionais.

“Desde 1940 já aplicamos um imposto sobre os combustíveis líquidos que tinha a finalidade de organizar este mercado, e isso se tornou importante a partir de 1953, quando a Petrobrás foi criada para exercer o monopólio público, que foi decretado em 38, mas que ficou claro, desde então, que só um tigre de papel como o CNP não era capaz de fazê-lo.

“Era preciso intervir sobre a natureza, construir capacidade humana, e na história da Humanidade poucas instituições cumpriram com maior excelência do que a Petrobrás essa trajetória, que iniciou em 53 e duas décadas depois, especialmente 5 décadas depois, tínhamos já uma das mais invejáveis capacidades humanas estruturadas de intervir sobre a natureza, compreendê-la e transformá-la em benefício de criar riqueza e mudança para a sociedade.

“Muito embora tudo isso está em disputa, todos esses benefícios, que deveriam ir para os verdadeiros donos do petróleo, que desde 38 é o povo brasileiro. Está escrito em todas as leis e constituições que vieram depois, apesar da metamorfose de 95 de Fernando Henrique, de 97 e das mudanças constitucionais promovidas por ele. Apesar dessas mudanças lesivas, continua lá escrito o princípio de que o petróleo é do povo e a Petrobrás é uma construção histórica apoiada a partir de um sonho da população brasileira.

“O debate, agora, ele tem fundamento, mas ele está na lei desde 78 e isso não foi mudado. Ele era regulado pelo CNP. Com a liberalização, o grande marco transformador foi exatamente a reforma constitucional para abalar o monopólio da Petrobrás, criar uma agência para regular, que permitisse a liberalização, a ANP (Agência Nacional de Petróleo).

“E a Lei 9478 de 6 de agosto de 97, em vigor até hoje, que devia ter sido mudada em 2003 em diante, não foi. Nós tentamos, houve várias tentativas, ela foi mantida por uma série de razões sempre chamadas de necessário para manter a governabilidade que mesmo assim acabou redundando nessa tragédia que o país vive hoje com esse governo que está aí.

“Portanto, todos os governos mantiveram como princípio fundamental da política energética a livre concorrência e o papel empresarial competitivo da Petrobrás, o que exigiu enormes esforços de 2003 em diante para cumprir a

lei, porque ela não foi mudada, e ao mesmo tempo atender esses princípios. Agora, alguns setores dizem que têm soluções para isso, mas quando a solução era possível ela não foi feita.

## AÇÕES NA BOLSA DE NOVA IORQUE

“Nesse sentido, houve as ações da Petrobrás vendidas na Bolsa de Nova Iorque em 2000 por cerca de cinco bilhões de dólares, 30% da Petrobrás. A partir de então todo o direito da Petrobrás estava subordinado ao Cade aqui no Brasil, livre concorrência, à CVM (Valores Mobiliários) com penalidades, e acima de tudo, à Security Exchange Commission dos Estados Unidos. Portanto, não tem liberdade o dirigente da Petrobrás de não cumprir a lei, isso é algo que muitos não querem entender.

“Qual foi a solução que nós adotamos? Eu como professor, daqui, no debate em 2003, propus, e foi adotado assim, a teoria dos mercados contestáveis de um economista liberal, William Baumol, que diz que quando há abertura, como a legislação criou, a competição é potencial ou real. Isso restringe a conduta, como a Petrobrás sempre teve, de ficar próximo do preço internacional, do preço competitivo e cumprir a lei. Isso foi feito, com mudanças ao longo do tempo.

“É importante lembrar que o que está em disputa – o petróleo, o Pré-sal no Brasil – são um conjunto de interesses conflitantes que devem ser atendidos por estratégias alternativas, que não têm nada a ver com a Petrobrás diretamente, têm que ser resolvidos pela sociedade.

“Primeiro, com a liberalização e a venda das ações em Nova Iorque, quando a Petrobrás passou a ter sob controle estatal menos de 40% de seu capital, como votou até agora, a primeira grande força que atua em torno da Petrobrás são seus acionistas, que querem acelerar a produção do petróleo, a preços mais elevados possíveis, o quanto antes. Embora mais elevado, é uma contravérsia porque ele só vai ser elevado se houver um poder soberano exercido sobre o ritmo de produção do petróleo para coordenar a produção brasileira com a produção internacional da OPEP, como está acontecendo agora. Hoje o preço estava em 90 e poucos dólares o barril, um pouco acima até do preço estratégico de 60, 80 dólares que a própria OPEP propõe. Tem a ver com a conjuntura atual da Ucrânia, da Rússia, dessa situação. Mas, em geral, esse é um preço, muito acima do custo.

“Esses acionistas não querem nem saber que o petróleo seja do povo brasileiro, que a Petrobrás seja uma construção histórica do povo. Essa é a metamorfose imposta a partir de 95. E não o suficientemente desmontada e refeita nos anos seguintes.

“É legítimo que os consumidores de derivados queiram preços mais baixos. De um lado os acionistas querendo aumento de dividendos e, de outro, os consumidores querendo as condições para a redução de preços. A população consumidora de derivados, potencialmente, teria por objetivo que a Petrobrás com sua capacidade técnica e gerencial fosse instrumento para geração de renda a serem investidas em finalidades sociais, principalmente, na exploração racional dos recursos do Pré-sal e outras fontes de energia.

“Isso se traduz da seguinte forma: se a população brasileira, parte dela andando a pé, sem escolas e sem saúde, é dona do petróleo, e criadores da Petrobrás, espera-se que o excedente econômico gerado pelo petróleo fosse acima de tudo para investir em educação pública, saúde pública, etc.

“É verdade também que parte do excedente econômico poderia ou deveria ser direcionado ao mercado nacional, porque se a nossa grande vantagem comparativa no período da urbanização, da industrialização dos anos 30 até os anos 95, foi exatamente energia elétrica, derivado de petróleo a preços capazes de permitir o avanço e a modernização, essa questão se coloca de novo agora.

“Há um conflito geopolítico muito claro no mundo. [...] com o preço de 80 dólares, ou noventa ou setenta, o excedente econômico é enorme. São 40 a 50 bilhões de dólares em disputa por ano neste

segmento, que poderia financiar a educação e a saúde pública, e ajudar a ter uma política de preços para transferir parte dessa riqueza para a população brasileira.

“Isso não foi feito porque o modelo implementado por Fernando Henrique foi mantido até agora. Não foi mudado. Então são todos cúmplices nessa trajetória. E essa disputa internacional, obviamente, está se manifestando aqui no Brasil. Empresas que não tinham acesso a recursos de reservas, porque a nacionalização nos outros países aconteceu a partir de 60, e ela se materializou com o poder da OPEP a partir de 2005/2006, depois do fracasso dos choques de 73/79.

“O que esses países importadores querem? Preços mais baixos. O que os países produtores precisam buscar? Preço equilibrado para abrir mão do petróleo agora – 60, 80 dólares por barril – e gerar excedente. Isso pode ser distribuído para a população, resgatar a dívida social – educação, saúde pública, vimos agora o papel importante do SUS (Sistema Único de Saúde) – e também favorecer os consumidores especialmente dentro daqueles segmentos de produção vinculados à modernização brasileira. Esse projeto político é fácil de ser feito.

## EXCEDENTE DE 50 BILHÕES DE DÓLARES ESTÁ EM DISPUTA

“O grande prêmio que está em disputa no Brasil. Em 2019, o consumo anual de derivados era 2,4 milhões de barris/dia, caiu quase 5% em 2020 por causa da pandemia. A produção brasileira de petróleo em 2020 era de 3 milhões de barris/dia, o que dá 1,1 bilhão de barris por ano. O excedente econômico médio nos últimos anos direto, dez dólares, capital e trabalho, desgastes das plataformas, etc. Com 80 dólares o preço ou 70 dólares por barril, vezes 1,1 bilhão de barris por ano, são 77 bilhões de dólares por ano de excedente econômico.

“O excedente total é no mínimo, por ano, nas condições atuais, de 40 bilhões de dólares. E isso que, na minha opinião, está sendo retirado da riqueza que pertence ao povo brasileiro, que, pela Constituição, é dona do petróleo. Temos a Petrobrás com sua construção histórica capaz de cumprir a tarefa de retirá-lo na trajetória adequada, para coordenar a produção brasileira de maneira soberana, com os demais produtores vinculados à Opep e à Rússia. Com isso podemos garantir um preço que compense o valor dessa riqueza. Podemos equilibrar o interesse da população geral, dona do petróleo, com o interesse dos consumidores.

“Por que isso não foi feito até agora? Não foi por falta de proposta. Foi por falta de estruturação política, de força política, de vontade política, de acordos políticos, porque foi mais fácil, ao longo das últimas décadas, sucumbir às pressões dos interesses de grupos que mantiveram substancialmente a trajetória liberalizante de 95, cujos resultados têm sido dramáticos no setor elétrico e também no setor de petróleo agora.

“Qual foi a orientação da lei que citei a pouco? Até 2002, o preço do petróleo no mercado internacional estava relativamente estável, desde o segundo choque, variava de 14,15 a 20 dólar por barril. A reorganização da OPEP, liderada pelo Chavez e pela Rússia, que entrou como não membro da OPEP, mas coordenado com a OPEP, e a Arábia Saudita, fez com que o preço estratégico fosse esse que citei há pouco. Desde então passamos a ter no Brasil a dificuldade que citei, que nos coube a administrar de 2003 em diante. Como manter a lei, aplicar a lei, dizer que os preços da Petrobrás eram competitivos. Foi a teoria dos mercados contestáveis.

“Na gasolina e no diesel, de 2003 para cá nós mantivemos os preços em patamares, um pouco acima, periodicamente. Era um mercado contestável, se a Petrobrás mantivesse um preço muito acima do mercado internacional, se ela mantivesse muito abaixo, os dirigentes seriam acusados de fazer dumping e acusados pelos acionistas, pela CVM e pelo Cade de práticas anticompetitivas, e acusado na SAC de não defender os interesses dos acionistas e serem processados. Esse é o dilema. Foi o grande debate que tivemos lá no começo. Foi até o ano 2012 pelo menos.



Ildo Sauer é titular do Instituto de Energia da USP

“Houve aqui um período em que o preço interno era superior ao preço internacional. Em média estava internacionalizado. A coisa muda a partir de 2014, não de 2016 apenas. A primeira vez que nós passamos a ter sistematicamente preços internos acima dos internacionais inclusive. Depois veio, com o Temer, a política do presidente da Petrobrás de então, que já tinha notória experiência em promover racionamento elétrico em 2001/2002, quando ele era chefe do comitê de crise. Ele assumiu a presidência da Petrobrás e começou a praticar oscilações diárias dizendo que isso era uma exigência da lei. Não!

“Nós demonstramos antes que havia um outro jeito de fazer e depois poderia ter sido melhorado, se fizesse um fundo de estabilização, para estabilizar mais ainda se usássemos. Semelhante foi a trajetória no diesel. Um pouco abaixo, um pouco acima, em média iguais, e a mudança novamente vem a partir de 2014/2015, quando os preços internos eram superiores aos preços internacionais. E a tragédia disso, a combinação disso com a redução do uso da capacidade de refino no Brasil.

“Com o governo Temer, a Petrobrás passou a ter oscilações diárias que gerou aquela crise com os caminhoneiros, em parte para resolver esse problema passaram a parar de refinar petróleo no Brasil.

“A média histórica de uso da capacidade de refino que era semelhante, se nós produzimos cerca de 2,3 milhões de barris/dia, capacidade de refino brasileiro é de 2,3 milhões, não necessariamente temos que refinar tudo aqui, porque tem problemas de ajustes técnicos a serem feitos, tipo de petróleo e de custo. Nós passamos a usar apenas 75% da capacidade. Ficamos com 25% de capacidade ociosa no refino brasileiro. Então parece que houve uma ação concertada de 2014 para cá de mudar a lógica de operação do sistema, que era precária antes, é verdade, devia ter sido diferente, mas mal ou bem atendia às necessidades.

“Sobre a capacidade de refino, a maior parte das refinarias estava sob o controle da Petrobrás. Agora, infelizmente estão cometendo a tragédia de vender as refinarias, sob a mentira de que isso vai reduzir os preços, não vai. Que vai aumentar a competição, não vai. Se a Petrobrás tem uma coordenação nacional, ela tem capacidade de implementar uma política para repartir o benefício econômico entre os grupos que não têm petróleo e não têm nada, os pobres, que precisam de educação e saúde, de uma fração do dinheiro para isso, uma fração para os consumidores.

## PRIVATIZAÇÃO DAS REFINARIAS NÃO VAI BAIXAR PREÇOS

“Quando privatiza uma refinaria como a da Bahia, o operador privado olha, qual o custo contra o qual eu compito aqui? E o petróleo refinado que vem de Pernambuco, que vem do Rio, ou vem de Minas, ou vem do exterior. Praticamente esse preço, é o que está acontecendo lá na prática. Quando o discurso do governo atual é de que privatizar o refino é melhorar a competição, não vai, não irá. É uma falácia fazer essas afirmações que infelizmente grande parte da mídia repete à exaustão ajudando a passar a ideia de dismantlar a Petrobrás como se uma empresa

pequena que produzisse óleo de interesse dos acionistas apenas.

“Eles não a veem com sendo do país. Não é da população brasileira e não é de um projeto de desenvolvimento soberano para usar o setor de energia elétrica, recursos eólicos, hidráulicos, sol, potencial agrícola, potencial mineral no Brasil, usar o petróleo como instrumento de gerar excedente de gerar a expansão da produção, redistribuição da produção e mudar o país. Como foi o que nós sonhamos quando anunciamos o Pré-sal.

“O que está em disputa no Brasil é o grande prêmio do excedente econômico atual. E a maior tragédia que nós temos é que não sabemos sequer quantos bilhões de barris existem no Pré-sal. Era um investimento relativamente baixo, que podia ter sido feito via governo com a ANP, contratando a Petrobrás para executar isso e definir se nós temos 80 bilhões de barris, 100 bilhões de barris, 150 ou mais, sabendo que a maior reserva do mundo está pouco abaixo de 300 bilhões de barris é na Venezuela, a segunda próxima dela é da Arábia Saudita e outro bloco de países que situa entre 80 e 120 bilhões que é a Rússia, Canadá, Líbia, os países do Oriente Médio, etc. Sequer isso não sabemos. E fazemos lei.

“É intolerável que a gente não saiba quanto tem, organizar uma estratégia de produção, pegar uma parte desse recurso que custa 80 dólares, não saberemos o preço, hoje estava em 93, então o que está em disputa no Brasil é isso. São cerca de 50 bilhões de dólares pelo menos que equivale a 250 bilhões de reais por ano que podem ser usados para investir em educação pública, saúde pública, infraestrutura, reforma urbana, reforma agrária, transição energética para as renováveis, subsidiar e regularizar os preços dentro do mercado interno quando necessário, quando politicamente justificável.

“E qual o desafio real? Na minha opinião, fora a mudança, a organização da indústria, do modelo regulatório, da repartição econômica dos benefícios do setor energético é a garantia do abastecimento, do instrumento para alavancar a produção no Brasil, para distribuir melhor o produto, para transformar esse país no que ele pode ser, um país de bem estar para todos.

“Além do modelo setorial energético, nós precisamos de um novo modelo de organização social e política capaz de fazer com a que a vontade popular se expresse concretamente no poder que é exercido em Brasília e em todos os lugares e que então converta esse anseio em instrumentos reais.

“Portanto, a tarefa do Clube de Engenharia, e de todos nós, vai além da engenharia. Está na hora de voltar para a planície, todos nós, andarmos cada um lado a lado com todos os brasileiros para enfrentarmos a tragédia das últimas décadas no setor elétrico e a disputa encarniçada e ocultada do povo em relação ao petróleo. Devemos também destacarmos a grande vitória que representou a descoberta do Pré-sal para ser aquilo que nós esperávamos que ele fosse. Temos a tarefa de construir as instituições, os mecanismos para usar esses instrumentos e transformar o país.”

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do

Instituto Nacional de

Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18,

3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - OI

70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@oi.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Flávio Bolsonaro e o procurador Augusto Aras

## Aras acoberta Flávio Bolsonaro com “apuração preliminar” sobre o uso ilegal da Receita

A Procuradoria-Geral da República (PGR) abriu uma “apuração preliminar” sobre o uso indevido da Receita Federal, por parte de Jair e Flávio Bolsonaro, para tentar barrar as investigações sobre a “rachadinha” no seu gabinete.

O PGR, Augusto Aras, indicado por Jair Bolsonaro para o cargo, tem usado as apurações preliminares, ou “notícias de fato”, para atrasar ou impedir a abertura de um inquérito, que pode, de fato, elucidar o caso. Não há qualquer prazo para que as apurações preliminares se encerrem.

Flávio Bolsonaro, com a ajuda de seu pai, Jair, usou a máquina do governo federal para tentar se blindar nas investigações sobre a “rachadinha” que fazia em seu gabinete quando era deputado estadual no Rio de Janeiro.

A seu pedido, a Receita Federal mobilizou, por quatro meses, cinco de seus servidores para apurar supostas irregularidades na obtenção de seus dados fiscais, que deram início à investigação sobre as rachadinhas.

Flávio Bolsonaro pediu para ter acesso, com “máxima urgência”, a todas as pesquisas ao seu nome, ao de sua esposa e de suas empresas feitas no sistema da Receita Federal desde 2015.

A ação foi orquestrada com o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem, e com o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno.

A Abin produziu pelo menos dois relatórios que orientavam Flávio Bolsonaro a dizer que os dados que apontavam as irregularidades nas operações financeiras de Flávio e seus assessores foram obtidos de forma ilegal. Um dos relatórios dizia explicitamente que sua “finalidade” era “defender FB [Flávio Bolsonaro] no caso Alerj demonstrando a nulidade processual resultante de acessos imotivados aos dados fiscais de FB”.

Flávio Bolsonaro tentou melar as investigações sobre a rachadinha acusando os auditores de terem acessado ilegalmente seus dados. O senador chegou a inventar que havia uma forma secreta de acessar os dados, que chamou de “manto da invisibilidade”.

Apesar de toda a pressão, a investigação do Fisco concluiu pela improcedência das acusações feitas por Flávio Bolsonaro.

“A partir da análise da íntegra dos relatórios, não foi possível observar informações estranhas às bases de dados já disponíveis àquela unidade de inteligência financeira, e os relatórios de informação financeira — os RIFs — não tinham dados protegidos pela Receita Federal”, apurou a Receita.

O esquema ilegal de “rachadinha” era centralizado por Fabrício Queiroz, amigo pessoal de Jair. Queiroz recolhia cerca de 80% dos salários dos assessores de Flávio Bolsonaro e devolvia para o patrão. Parte desse dinheiro era repassado para o então deputado através de pagamentos de contas, como a mensalidade do colégio de suas filhas.

**“APURAÇÃO” SEM INQUÉRITO**  
Mesmo diante de documentos que provam o uso, de Flávio Bolsonaro, da máquina pública em benefício próprio, a Procuradoria-Geral da República disse que vai esperar a “apuração preliminar” para decidir se um inquérito deverá ser aberto.

Esse tem sido o mecanismo de Augusto Aras para proteger Jair Bolsonaro, seus ministros, familiares e aliados.

O mesmo já foi feito em outros casos em que documentos e falas públicas indicam a existência de crimes.

O mais recente é sobre o “apagão” nos dados do Ministério da Saúde, que começou em dezembro de 2021, mas se estendeu até janeiro do presente ano.

Alegando ataque hacker, o Ministério, chefiado por Marcelo Queiroga, deixou que os dados sobre a vacinação contra o coronavírus e os números de infecções e mortes sumissem por quase um mês. Os epidemiologistas dos Estados e municípios trabalharam na formulação de estratégias para conter o coronavírus totalmente no escuro.

O “apagão” foi utilizado pelo governo Bolsonaro para atrasar a exigência de comprovante de vacinação para quem quisesse entrar no país.

A PGR abriu apenas uma “notícia de fato”. A Procuradoria fez a mesma coisa para impedir a investigação sobre a responsabilidade de Jair Bolsonaro quanto ao colapso do sistema de saúde em Manaus, em janeiro de 2021, sobre seus ataques às urnas eletrônicas e sobre as denúncias feitas pela CPI da Pandemia, que acusa Bolsonaro de ter cometido nove crimes.

Nenhuma das “apurações” virou investigação ou deu em alguma coisa.

Aras também instalou apenas uma “apuração preliminar” contra o ministro da Economia, Paulo Guedes, que mantém US\$ 10 milhões em paraíso fiscal enquanto chefe a economia brasileira.

Desde que assumiu o cargo, Paulo Guedes lucrou R\$ 12 milhões com a desvalorização do real frente ao dólar.

A PGR não identificou nenhum indício de crime e arquivou o caso.

# STF enquadra Telegram e bloqueia conta do fascista Allan dos Santos

Reprodução/Redes sociais



Allan dos Santos está foragido nos EUA para não ser preso no Brasil

## Aliança entre Rússia e China sai fortalecida, avalia analista do Cebri

Para Ronaldo Carmona, a declaração conjunta de Xi e Putin na abertura dos jogos de inverno significam muito mais do que o gesto diplomático de abstenção chinesa no Conselho de Segurança da ONU

O pesquisador do Núcleo de Defesa do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Ronaldo Carmona, destacou, em entrevista à Globonews, neste sábado (27), que a declaração conjunta entre China e a Rússia na abertura dos jogos de inverno tem mais importância do que o gesto de abstenção do país asiático no Conselho de Segurança da ONU.

“Esse gesto da China de ter uma atitude de abstenção deve ser lido dentro daquele tipo de ambiente, que é um ambiente diplomático, um ambiente multilateral e que, portanto, se praticam formas próprias relacionadas ao ambiente diplomático”, explicou Carmona. “Eu acho que muito mais interessante para compreender essa aliança, devemos revisitar a declaração conjunta da abertura dos jogos de inverno. Aquela declaração que alguns apontam como o início dessa nova era, dessa nova ordem mundial”, acrescentou o analista.

## Após relatório incriminando Bolsonaro, Planalto troca diretor da PF pela quarta vez

O Palácio do Planalto anunciou a troca do diretor-geral da Polícia Federal, nesta sexta-feira (25). O delegado Paulo Maurino será substituído pelo delegado Márcio Nunes de Oliveira, atual secretário-executivo do Ministério da Justiça, segundo na hierarquia da pasta. Maurino estava na função desde abril do ano passado.

Esta é a quarta vez que Bolsonaro substituiu um diretor-geral da PF.

A mudança foi publicada no “Diário Oficial da União” e é assinada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Pelas redes sociais, o ministro da Justiça, Anderson Torres, a quem a PF é subordinada, anunciou que Paulo Maurino passará a comandar a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad).

“Hoje convidei o DG da @policiafederal, dr Paulo Maurino, para assumir a relevante função de secretário da Senad no @justicagovbr. Em seu lugar, na PF, assume o dr Márcio Nunes que, como secretário-executivo do @JusticaGovBR, nos deixa um grande legado”, escreveu Torres.

Sob Bolsonaro, a PF teve como diretores os delegados Maurício Valeixo (1º de janeiro de 2019 a 24 de abril de 2020), Rolando Alexandre de Souza (4 de maio de 2020 a 7 de abril de 2021) e Paulo Maurino (7 de abril de 2021 a 25 de fevereiro de 2022).

O delegado Alexandre Ramagem foi nomeado em 28 de abril de 2020, mas não assumiu porque o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a

raiz do que foi o desfecho da guerra fria.”

“Então”, acrescentou Carmona, “essa aliança entre Rússia e China, para além de um gesto diplomático num ambiente multilateral como é o caso do Conselho de Segurança, nós temos que ler gestos mais profundos que ocorrem no qual a declaração é uma peça importante”.

“Ela [a declaração] não apenas sinaliza com o aprofundamento da cooperação ente esses dois gigantes, como também polemiza com o ocidente sobre o próprio conceito de democracia, sobre a própria acusação deles serem países autocráticos”, observa o analista. “A declaração portanto, ela é um gesto muito mais forte do que essa abstenção chinesa num contexto diplomático, onde é perfeitamente compreensível esse tipo de gesto pela natureza do ambiente que é o Conselho de Segurança”, avaliou Carmona.

algumas informações, só não tem mais porque tá faltando realmente... temos problemas... aparelhamento, etc. A gente não pode viver sem informação”, disse o presidente, num dos trechos.

“Já tentei trocar gente da segurança nossa no Rio de Janeiro oficialmente e não consegui. Isso acabou. Eu não vou esperar foder minha família toda de sacanagem, ou amigo meu, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence à estrutura. Vai trocar; se não puder trocar, troca o chefe dele; não pode trocar o chefe, troca o ministro. E ponto final. Não estamos aqui para brincadeira”, afirmou Bolsonaro, num segundo trecho.

**RELATÓRIO**  
A mudança do comando da PF ocorre semanas após a delegada Denisse Dias Ribeiro informar em relatório ao Supremo Tribunal Federal ter concluído que Jair Bolsonaro cometeu crime ao divulgar informações sigilosas de uma investigação. A PF não indiciou Bolsonaro porque ele tem foro privilegiado.

Em agosto de 2021, Bolsonaro fez uma live, com a participação do deputado Filipe Barros (PSL-PR), em que ele mencionou informações de um relatório parcial da PF sobre um ataque hacker ao TSE em 2018, que não comprometeu a lisura das eleições. Ele usou esses dados alegando que a eleição de 2018 foi fraudada e que o sistema eleitoral brasileiro, com as urnas eletrônicas, supostamente não são confiáveis.

“Eu não posso ser surpreendido ser surpreendido com notícias. Pô, eu tenho a PF que não me dá informações; eu tenho a inteligência das Forças Armadas que não me dá informações, a Abin tem os seus problemas, tem

Ministro Alexandre de Moraes deu 24h para que a rede social obedecesse a ordem judicial

A rede social Telegram decidiu obedecer à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) e suspendeu a conta do bolsonarista foragido Allan dos Santos, que está morando nos EUA e continuava agredindo ministros da Corte. Alexandre de Moraes tinha dado 24h para o canal suspender a conta, caso contrário, seria bloqueada em todo o território nacional por 48 horas e ainda teria que pagar uma multa de R\$ 100 mil.

No início de janeiro, o ministro Alexandre de Moraes havia determinado que a rede social excluísse três perfis ligados a Allan dos Santos, mas a providência não foi atendida. A decisão foi oficiada então aos sócios de um escritório de advocacia com poderes para representar a rede social no País.

A PF pediu sua prisão preventiva de Allan dos Santos pelos crimes de ameaça, ataques contra a honra e incitação à prática de crime. O Telegram é uma rede social para onde os criminosos e apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) foram depois que as outras plataformas tomaram medidas para combater a disseminação de desinformação.

A partir da decisão do STF, as pessoas que tentam acessar o canal do bolsonarista se deparam com a mensagem “este ca-

nal não pode ser exibido porque violou as leis locais”. Em nota nas redes sociais, a conta oficial do STF disse que “Em respeito à decisão judicial proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes, nos autos da PET 9935, o Telegram suspendeu três contas atribuídas a um dos investigados pela suspeita de liderar esquema de financiamento de milícias digitais no Brasil”.

Allan dos Santos está foragido nos Estados Unidos desde que o ministro Alexandre de Moraes mandou prendê-lo no dia 5 de outubro. Moraes determinou a prisão no inquérito das milícias digitais, e indicou que o nome do blogueiro bolsonarista deve ser incluído na lista de Difusão Vermelha da Polícia Internacional (Interpol) para “viabilizar sua prisão, neste País ou em outro”.

A delegada da PF Denisse Dias Rosas Ribeiro pediu a prisão preventiva de Allan com base na prática frequente dos crimes de ameaça, ataques contra a honra e incitação à prática de crime, assim como a participação de organização criminosa. O blogueiro fascista é investigado em dois inquéritos: o de fake news e atos antidemocráticos. Na internet, foi banido do Twitter, do Facebook e do Youtube e teve o blog Terça Livre encerrado.

## Lula procura MDB em busca de apoio para a eleição presidencial

O ex-presidente Lula está em busca de apoio no MDB para a eleição presidencial de 2022.

Segundo o jornal “Folha de S.Paulo”, Lula deve se encontrar depois do Carnaval com lideranças do partido. A ideia seria ter uma primeira conversa com vistas a negociar uma aliança já no primeiro turno das eleições. A reunião deve ocorrer após a viagem de Lula ao México.

Contudo, o partido lançou oficialmente a pré-candidatura da senadora Simone Tebet (MDB-MS) à Presidência da República. A senadora tem mantido uma intensa rotina de articulações e visitas pelo país

após ser lançada pré-candidata do partido.

O MDB também está em entendimentos para formar uma federação partidária com o União Brasil, o PSDB, além do Cidadania.

Os dirigentes destes partidos decidiram criar uma espécie de grupo de trabalho para estudar a possibilidade das legendas terem uma candidatura única na eleição presidencial de 2022.

Na terça-feira (22), o presidente do PSDB, Bruno Araújo, do MDB, Baleia Rossi, e o vice-presidente do União Brasil, Antonio Rueda, conversaram sobre o tema.

## Cidadania quer federação com o PSDB e distância dos bolsonaristas

Depois de aprovar a formação de uma federação partidária com os tucanos, lideranças do Cidadania têm pressionado a direção do PSDB a tomar posição mais firme internamente sobre bandeiras do bolsonarismo, como as críticas ao voto eletrônico, que ainda encontram endosso na legenda.

A intenção é pressionar pela saída de quadros simpáticos a Bolsonaro, uma vez que integrantes da direção do Cidadania avaliam que o PSDB deve aproveitar a janela partidária para se distanciar definitivamente do bolsonarismo e de seus defensores.

Após a deputada federal Mara Rocha (PSDB-AC) questionar o sistema eletrônico de votação, utilizado pela Justiça Eleitoral desde 1996, quando o aparelho estreou no processo eleitoral em 57 municípios, o presidente do Cidadania, Roberto Freire, declarou que seu partido se manteria intransigente na defesa da urna eletrônica.

## Eliziane Gama, do Cidadania, defende a federação e quer estar na chapa majoritária

Líder da Bancada Feminina no Senado, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) afirmou nesta segunda-feira (28) que “qualquer candidatura que fure a bolha da polarização sairá vitoriosa”. A parlamentar diz estar disposta a ocupar uma chapa majoritária, a depender da federação. Ela espera a definição da federação que o Cidadania irá compor para saber o seu destino.

Eliziane falou sobre a federação que está em construção pelo seu partido e sobre as possíveis alianças. “Estamos discutindo a federação com outros partidos. Temos algumas pessoas do campo democrático que, tenho certeza, poderiam assumir a presidência. Ciro Gomes (PDT) é bastante viável”, disse ela.

“Temos conversado com o

PSDB, partido com o qual mais temos chance de federar, e também acho uma boa candidatura. Não podemos esquecer do Moro. Temos de construir uma candidatura que unifique o campo democrático e seja capaz de vencer a polarização entre Lula e Bolsonaro”, afirmou a senadora.

“Neste ano, precisamos intensificar o debate sobre participação das mulheres nas chapas majoritárias. Atualmente, temos uma governadora e sete vices, mas podemos usar. E, com isso, insistir para ampliar a nossa participação no Congresso Nacional”, defendeu a parlamentar maranhense. “Queremos desdobrar esses resultados com mais deputadas estaduais, federais e senadoras. E, como eu disse, ampliar a presença de mulheres em chapas majoritárias”, completou.

# Câmara aprova leis de apoio e incentivo ao setor cultural

Leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo destinarão R\$ 7 bilhões em incentivos diretos à Cultura, um dos setores mais afetados pela pandemia de coronavírus

Nesta quinta-feira (24), foram aprovadas em sessão da Câmara dos Deputados as leis de apoio ao setor cultural: Paulo Gustavo (PLP 73/2021) e Aldir Blanc 2 (PL 1518/2021). Com uma grande mobilização nacional do setor cultural brasileiro, artistas, gestores, trabalhadores e trabalhadoras da cultura, prevaleceu a unidade em torno de uma Agenda Nacional da Cultura.

Os projetos são complementares e abrangem tanto o caráter Emergencial de reparação das perdas que o setor cultural vem sofrendo diante da pandemia, caso da Lei Paulo Gustavo, como institui uma Política Permanente de Fomento direto e descentralizado à Cultura Brasileira, como prevê a Lei Aldir Blanc 2.

No conjunto, representam um grande avanço e um investimento de quase R\$ 7 bilhões para a cultura, um dos setores mais afetados pela pandemia, nos próximos 2 anos. Os textos, que foram aprovados com acordo entre quase todos os líderes da Câmara, seguem agora para o Senado Federal.

A Lei Aldir Blanc 2, de autoria dos deputados federais Jandira Feghali, Alice Portugal e Renildo Calheiros, deputados do PCdoB, institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento ao Setor Cultural com aporte anual R\$ 3 bilhões para execução direta e descentralizada por estados e municípios.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) afirmou em sua fala no Plenário que a aprovação das leis é uma demanda do povo brasileiro, que sofre com as negligências de políticas e financiamento de cultura do governo federal.

“Eu quero apenas valorizar o dia de hoje, um dia histórico, simbólico para cultura brasileira a contribuição para essas duas leis, essas duas legislações foi imensa da sociedade brasileira, tanto a lei Aldir Blanc, quanto a lei Paulo Gustavo. A lei Paulo Gustavo, que tem um caráter emergencial, uma lei que foi trazida à Câmara dos Deputados a partir do Senado Federal, uma lei que tem como fundo principal, os fundos setoriais do audiovisual, que foram contingenciados perversamente pelo governo de Jair Bolsonaro e que não foram destinados para o seu fim, são filmes aprovados e que não tiveram a sua destinação correta e que nesse momento precisam ser descentralizados para servir a sua destinação. E também a lei Aldir Blanc, que funcionará como um Fundeb da cultura, uma lei que terá um caráter perene, um caráter de lei de Estado, que irrigará o Sistema Nacional de Cultura, que levará a diversidade, a descentralização, como funcionou a lei Aldir Blanc 1, com muito mais densidade, com muito mais consistência e contribuíram para esta lei, não apenas os gestores estaduais, municipais, mas todos os coletivos culturais brasileiros, que tem trabalhado e se mobilizado pela aprovação da lei Aldir Blanc, como fizeram em 2020”, disse.

“A aprovação das duas leis é uma demanda que hoje é fundamental, a cultura brasileira precisa, a cultura brasileira não tem tido do Governo Federal o apoio, não tem tido orçamento, não tem tido políticas culturais e nós precisamos a partir do parlamento brasileiro fazer com que isso aconteça”, disse Jandira.

O deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE) também defendeu a importância das aprovações das leis no plenário. “Ferreira Goulart costumava dizer que a arte existe porque a vida não basta. Hoje pode entrar pra história como o dia da cultura para o Brasil. Olhe que hoje são comemorados 90 anos da conquista do direito ao voto das mulheres e hoje nós aprovamos ainda há pouco a lei Paulo Gustavo, que é uma lei emergencial para a cultura. Essa lei Aldir Blanc 2 de autoria da deputada Jandira Feghali é uma lei que estabelece um financiamento permanente para a cultura. É um grande passo para a cultura brasileira, que deve ser festejado, comemorado e que está unindo este plenário”, disse Renildo.

## LEI PAULO GUSTAVO

Já a Lei Paulo Gustavo, de autoria do Senador Paulo Rocha (PT-PA) e relatado na Câmara pelo Deputado José Guimarães (PT-CE), prevê o repasse de R\$ 3,8 bilhões do Fundo Nacional da Cultura e do Fundo Setorial do Audiovisual, para ações de

fomento à cultura em caráter Emergencial de forma descentralizada através dos estados e municípios, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura.

A proposta altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes da pandemia e também a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC).

Do total, R\$ 2,79 bilhões deverão ser destinados para ações no setor audiovisual e R\$ 1,06 bilhões para ações emergenciais no setor cultural por meio de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor.

De acordo com o texto, o repasse dos recursos pela União deverá ocorrer em, no máximo, 90 dias após a publicação da lei. Contudo, estados e municípios que receberem recursos deverão se comprometer em fortalecer os sistemas de cultura existentes ou implantá-los nas localidades em que esses sistemas não existam, instituindo conselhos, planos e fundos.

Para deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), as aprovações das leis são fundamentais para a garantia de políticas de cultura pelo país.

“É fundamental que as leis fossem aprovadas no dia de hoje, porque os fazedores de cultura, como dizíamos anteriormente, foram os mais prejudicados, foram os primeiros a encerrar os seus trabalhos quando iniciou a pandemia e até hoje não tiveram esse processo recuperado, e nós queremos a devolução do dinheiro que é da cultura”, disse.

“A aprovação da lei Aldir Blanc e da lei Paulo Gustavo, garantirá que possamos levar a cultura para o Brasil inteiro, nas comunidades mais distantes, nos bairros mais distantes, nas periferias do Brasil, ter cinema, fazer com que os trabalhadores do teatro, aqueles que vivem de shows, que vivem tocar na sua bateriazinha pra poder ganhar o seu ganho pão, eles tenham esse dinheiro devolvido para garantir com que a gente tenha a cultura desse país. Não dá pra seguir dessa forma, porque é o dinheiro da cultura e aquele secretário lá da cultura se coloca o tempo inteiro contra os artistas do Brasil e faz um processo de bloquear efeitos da cultura. Isso nós não podemos aceitar, esse parlamento não pode aceitar calado”, disse Perpétua.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) também comemorou a aprovação das leis em sua fala no plenário da Câmara.

“Com o orçamento tão baixo para a cultura e com a Secretaria Nacional de Cultura que infelizmente turbinou uma série de contradições, uma má forma na condução das políticas culturais do Brasil quero dizer que termos aprovado a lei Aldir Blanc 1 em 2020, com seus resíduos retirados pelo esforço coletivo desta casa em 2021 e agora estamos aprovando a lei Aldir Blanc e a lei Paulo Gustavo é algo da maior importância para a cultura nacional”, disse.

“A lei Aldir Blanc é permanente e a lei Paulo Gustavo é de caráter emergencial, que está lastreada sobre o Fundo Nacional do Audiovisual que está estocada pela inépcia da Secretaria Nacional de Cultura. E agora é a hora de dar provimento através desse fundo, aqueles que estão punibilizados pelas circunstâncias sanitárias, por terem sido os primeiros a pararem e os que ainda não conseguiram voltar de maneira plena, com grandes dificuldades para atuação no mundo da cultura, no mundo da música, nas artes plásticas, na possibilidade da expressão cultural daqueles que estão nos rincões mais longínquos deste país. Então nós temos que subsidiar o bumba meu boi, a cavallhada, as atividades dos mestres griôs, os que contam as histórias de forma oral e sedimentam a cultura nacional quando a gente fala de alma do povo a gente fala que esta alma precisa ser corporificada em políticas públicas, em uma esteira de possibilidades, que a lei Aldir Blanc 1 e as leis Aldir Blanc 2 e a lei Paulo Gustavo, com o mesmo escopo somente que lastreada sobre o fundo nacional do audiovisual dará”, disse Alice.



Leis de incentivo à Cultura receberam nome de artistas vítimas da Covid-19

## Fiocruz alerta: projeto que libera agrotóxicos causará “danos irreparáveis” à sociedade

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) encaminhou uma nota ao Senado em que alerta sobre os “danos irreparáveis” que o Projeto de Lei 6299/2002, conhecido, pela oposição, como “PL do Veneno”, acarreta à sociedade. O comunicado sustenta que, se aprovado, o PL promoverá danos irreparáveis aos processos de registro, monitoramento e controle de riscos, além dos perigos dos agrotóxicos no Brasil.

A proposta, que já recebeu o aval da Câmara dos Deputados no dia 09/02, flexibiliza as normas que tratam da adoção de agrotóxicos no país, escancarando as portas do mercado para novos agrotóxicos, e concentra no Ministério da Agricultura as operações de fiscalização e análise desses produtos para uso agropecuário.

O comunicado, elaborado pelo Grupo de Trabalho Agrotóxicos e Saúde da Fiocruz destaca sete pontos preocupantes do PL. A expertise acumulada ao longo de décadas de atuação nos permite afirmar que o PL irá impor graves retrocessos à sociedade, ampliando a contaminação ambiental e a exposição humana aos agrotóxicos, que podem se materializar em adoecimento e morte da população, em especial daqueles em maior situação de vulnerabilidade”, alerta o documento.

O governo Bolsonaro tem promovido uma farrá na liberação de pesticidas, com registros sequenciais de liberação dos produtos para utilização nas lavouras. O objetivo é atender aos interesses da bancada ruralista em troca de apoio a sua gestão a agrandar ao mercado. Somente no ano passado, por exemplo, houve autorização para 585 novos tipos, segundo dados do Ministério da Agricultura. Em 2020, foram 493, enquanto em 2019 os ruralistas obtiveram aval para 475 substâncias dessa natureza.

Para Guilherme Franco Netto, coordenador do Programa de Saúde e Ambiente da Fiocruz e do GT Agrotóxico e Saúde da instituição, a aprovação do PL é uma ameaça muito grande, pois desmonta toda a construção feita a partir da Constituição de 1988, no que diz respeito aos processos regulatórios relacionados aos agrotóxicos no Brasil. “A flexibilização desses procedimentos e a concentração de poderes no Ministério da Agricultura e da Pe-



PL do Veneno foi aprovado no início de fevereiro

cuária, e a retirada quase que absoluta tanto do Ministério da Saúde quanto do Ministério do Meio Ambiente desse processo, vão trazer situações bastante complexas do ponto de vista dos afetamentos sociais, econômicos e ambientais”, advertiu o coordenador.

A nota afirma ainda que a iniciativa tende a transformar o Brasil em uma referência mundial de venenos mais tóxicos, pois elevada parcela dessas substâncias já foi vetada em outros países por conta dos riscos que oferecem. “Os destinos preferenciais dos produtos mais seguros para a saúde humana e para o ambiente serão aqueles países cuja regulação é mais protetiva”, argumenta.

Ao citar que os ministérios da Saúde e do Meio Ambiente atuam hoje na cadeia responsável pela avaliação dos venenos e têm capacidade técnica para isso, a Fiocruz aponta que o PL “usurpa” o poder de decisão das duas pastas ao concentrar todo o processo no Ministério da Agricultura.

O texto que tramita no Congresso Nacional gerou protestos não só da oposição, mas também de diversos setores, como movimentos populares e organizações civis que atuam na defesa do meio ambiente.

Durante as discussões na Câmara, o deputado federal Alesandro Molon (PSB-RJ), destacou que a “aprovação desse projeto vai significar colocar mais veneno no prato de comida das famílias brasileiras”. Para Molon, “é algo da maior gravidade. Significa incluir na comida substâncias que causam câncer, mutações genéticas, distúrbios hormonais e todos tipo de dano pra saúde”, apontou.

“A aprovação do ‘PL do Veneno’ é escandalosa e joga no lixo um pouco da proteção que tínhamos. Hoje assistimos a mais um ataque contra a sociedade, mais veneno da Câmara dos Deputados direto para sua mesa”, disse Marina Lacôrte, porta-voz de

Agricultura e Alimentação do Green Peace.

Os especialistas da Fiocruz destacam ainda que o PL fragiliza ações do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente as que tratam de “monitoramento e vigilância da água, da qualidade dos alimentos, dos ambientes de trabalho e das populações expostas aos agrotóxicos”.

Outro ponto citado pelo GT da Fiocruz é a retirada de autonomia de estados e municípios para que estes criem legislações próprias de caráter mais protetivo sobre o que ficará determinado pelo PL em caso de aprovação do texto.

A autarquia afirma que, ao fazer isso, o PL desrespeita aspectos como as características de cada território, o perfil populacional e a estrutura da rede de saúde para absorver as demandas relacionadas a doenças causadas por agrotóxicos.

Dossiê Contra o Pacote do Veneno e em Defesa da Vida”, publicado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, como foi intitulado o documento, reuniu um conjunto robusto de evidências técnicas sobre as consequências em caso de aprovação do PL 6.299/2002. O documento, elaborado por alguns dos maiores especialistas no tema do país, agregou também diversas notas de posicionamento técnico e científico de diferentes organizações nacionais e internacionais.

Entre elas, a Anvisa, Ibama, Instituto Nacional de Câncer (INCA), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Trabalho (MPT), Organização das Nações Unidas (ONU), a própria Fiocruz e várias outras, firmemente contra a aprovação do referido Projeto de Lei.



Tupirani é contrário à vacinação

## Pastor que defendeu massacre de judeus é preso por racismo

A Polícia Federal (PF) prendeu, nesta quinta-feira (24), Tupirani da Hora Lores, líder da Igreja Pentecostal Geração Jesus Cristo, por crimes de racismo contra a religião judaica e as afro-brasileiras.

O líder do grupo religioso afirmou que os judeus “deveriam ser envergonhados como foram na 2ª Guerra Mundial”. Tupirani também atacava outras religiões, como as de origem afro.

Atualmente se colocou na campanha alinhada ao governo Bolsonaro em defesa da imunidade de rebanho por meio da infecção do coronavírus e contra a vacinação da população. Ele foi preso vestindo uma camiseta com os dizeres: “não sou vacinado”.

Recentemente, Tupirani ficou conhecido também por vídeos com ataques a quem professa a fé judaica. Em um deles, chama os judeus de “vermes” e pede o “massacre” deles. Em outras publicações, o líder religioso ofende negros, mulheres e o grupo LGBTQIA+, pede o fechamento do Congresso, inclusive com palavrões, e “morte” aos membros do Supremo Tribunal Federal. O pastor diz também que ele e seus fiéis não serão vacinados contra a covid-19 - Tupirani chegou a distribuir a camisa com a frase “Não sou vacinado” para toda a igreja.

Além dos crimes de racismo e ameaça, Tupirani responderá por incitação e apologia de crime. Caso seja condenado, poderá cumprir pena de até 26 anos de reclusão.

A operação foi coordenada pelo Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos da PF. Os mandados foram expedidos pela 8ª Vara Federal Criminal.

### ATAQUES AS OUTRAS RELIGIÕES

A PF afirma que Tupirani continuou atacando outras religiões mesmo após a sua primeira prisão em 2009. Tupirani foi o primeiro condenado no Brasil por intolerância religiosa. Em junho de 2009, ele e um discípulo chegaram a ser presos pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática da Polícia Civil do RJ.

De acordo com a sentença da condenação, Tupirani pregava em blogs o fim da Igreja Assembleia de Deus e praticava intolerância contra outras religiões, caracterizando-as como “seguidoras do diabo” e “adoradoras do demônio”. Eles também associavam a figura de pais de santo a homossexuais, de forma pejorativa, ainda segundo a ação.

Em abril de 2018, uma discussão entre guardas municipais e um grupo de 40 seguidores de Tupirani terminou com 12 pessoas da congregação feridas, uma delas em estado grave. Os fiéis teriam pichado inscrições no asfalto, avisando da suposta volta do Redentor em 2070.



## Polícia prende integrantes da cúpula da milícia de Rio das Pedras, na zona oeste carioca

Seis homens suspeitos de integrar a cúpula da milícia de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio, foram presos na noite da última quinta-feira (24), informou a polícia. A equipe da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco) localizou o grupo em um condomínio no Itanhangá.

Entre os presos está Fabiano Cordeiro Ferreira, 38, conhecido como Mágico, e apontado pela Polícia Civil do Rio como chefe da milícia da região. Havia dois mandados de prisão pendentes contra ele por participação em organização criminosa, formação de milícia e roubo.

Os demais presos foram identificados como Thiago Bastos Moraes, chamado de Digão, Daniel Cristinho, o Buiú, João Henrique Pedro da Silva, conhecido como Pezão, Ilán Andrade dos Santos e Marcos Alves de Souza. Todos foram presos em Itanhangá, bairro próximo à comunidade de Rio das Pedras, onde atua o grupo, informou a Polícia Civil.

Os seis foram autuados por porte ilegal de arma de fogo e formação de milícia. Com eles foram apreendidas três armas de fogo, diversas munições e cadernos com anotações do grupo.

A região de Rio das Pedras, na zona oeste carioca, é considerada um dos principais territórios controlados pelas milícias na cidade. É também a sede do chamado “Escritório do Crime”, grupo de matadores de aluguel que foi chefiado pelo ex-capitão do Bope, o miliciano Adriano da Nóbrega, homenageado por Flávio Bolsonaro na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro, em 2005.

Foi em Rio das Pedras que o motorista de Flávio Bolsonaro, e amigo pessoal de Jair Bolsonaro, Fabrício Queiroz, se escondeu quando foi apontado, em 2019, como o operador do esquema de rachadinha de Flávio nos gabinetes da Alerj.

# STF decide a favor de aposentados e aprova “revisão da vida toda”



Aposentados terão direito a pedir revisão de todas as contribuições ao INSS



## Trabalhadores perderam poder de compra em 42% das negociações salariais em janeiro

Levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos mostra que 42,3% das negociações de reajustes salariais, em janeiro, ficaram abaixo do valor necessário para a recomposição do poder de compra dos salários. Dos 324 reajustes analisados pela pesquisa, 34,6% alcançaram aumentos reais e 23,1% dos acordos conseguiram repor percentual igual ao da inflação do período. Em comparação com o mesmo mês de 2021, os resultados de janeiro de 2022 são melhores. No ano passado, apenas 10,8% dos reajustes incluíram ganho

real e 28,8% tiveram reajuste igual a inflação do período. 60,5% tiveram dos reajustes estavam abaixo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado como referência salarial. “Em relação à variação real média – equivalente à média dos reajustes após desconto da inflação – os dados de janeiro de 2022 seguem em valor muito próximo ao observado nas duas datas-bases anteriores (em torno de -0,6%) e são idênticos aos apurados em janeiro de 2021”, diz a pesquisa.

Os melhores resultados foram no setor da indústria, onde cerca de 45% dos acordos

e convenções coletivas de trabalho com cláusulas de reajustes apresentaram ganhos reais de salários. Os acordos com reajustes iguais à inflação no setor foram em 17,6% das negociações; e perdas reais foram em 37,8%.

No setor de serviços 45,3% dos acordos e convenções coletivas amargaram perdas salariais com reajustes abaixo da inflação do período. 32,3% ficaram acima do INPC e iguais ao índice corresponderam a 22,4%. No comércio, 45,8% dos reajustes foram iguais à inflação; 25% ficaram acima do índice inflacionário; e 29,2%, abaixo.

## Mercedes-Benz deixa 600 trabalhadores de São Bernardo em férias coletivas por falta de peças

A Mercedes-Benz anunciou, nesta quinta-feira (25), que colocará 600 trabalhadores de férias coletivas entre os dias 14 e 25 de março, em São Bernardo do Campo, devido à falta de componentes eletrônicos para atender à demanda do mercado, principalmente do setor de caminhões.

Há, ainda, a possibilidade de que outro grupo entre em coletivas no final do mês. A empresa conta com cerca de 9 mil trabalhadores, sendo 6 mil na produção.

Para o diretor executi-

vo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Aroaldo Oliveira da Silva, a decisão evidencia a necessidade urgente de uma política para fortalecer a indústria no Brasil, preservar e gerar empregos. “Neste momento de aumento de demanda, em que a empresa deveria estar contratando, é um absurdo faltar peça. Isso mostra a total ineficácia do atual governo em pensar políticas industriais que atendam às demandas das indústrias e do consumo que está colocado no Brasil, isso leva a

um colapso”, disse, ressaltando que “a diminuição de produção em uma montadora provoca também redução de demanda em outras empresas”.

De acordo com os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Automóveis (Anfavea), em janeiro, a produção de caminhões no país caiu 23,7% sobre dezembro, mas cresceu 7,5% ante janeiro de 2021. Enquanto isso, o número de automóveis e comerciais leves montados caiu 31% na comparação mensal e 27,4% na anual.



## Vale terá que pagar R\$ 236 milhões por descumprir lei que obriga desativação de barragens

A Vale vai ter que pagar indenização de R\$ 236 milhões ao governo de Minas Gerais por descumprir o prazo previsto na Lei Mar de Lama Nunca Mais.

A lei obriga a mineradora a esvaziar áreas que armazenam rejeitos, ou seja, descomissionar as barragens a montante, do mesmo tipo da que rompeu na tragédia de Brumadinho (MG) em 2019, matando 270 pessoas e provocando sérios impactos ambientais na região.

Como a Vale descumpriu o prazo fixado para o descomissionamento, que venceu na sexta-feira (25), um termo de ajustamento de conduta foi assinado, na mesma sexta-feira, entre o Ministério Público de Minas Gerais e o governo do Estado, que fixou a indenização e novos prazos. O valor será pago em oito parcelas anuais.

O governo de Minas afirma que o recurso pago a título de dano coletivo será investido em políticas ambientais e no aprimoramento da fiscalização e segurança das barragens.

A empresa se comprometeu a descaracterizar as 23 barragens alteadas pelo método a montante em Minas no “menor tempo possível”.

O governo de Minas afirma que das 54 barragens a serem esvaziadas no estado, apenas sete tiveram o processo concluído. Muitas dessas estruturas estão em situação de emergência e demandaram, nos últimos anos, evacuação da população do entorno.

Em comunicado, a Vale diz que “a atualização mais recente do Programa de Descaracterização indica que 90% das barragens deste tipo serão eliminadas até 2029 e 100% até 2035. As estruturas com maior prazo são aquelas de maior risco, mais complexas e que envolvem um volume de rejeitos maior”, afirma a empresa.

Outras mineradoras também aceitaram o termo de ajustamento de conduta, entre elas, a Samarco, responsável pelo rompimento da barragem em Mariana (MG), em 2015, que causou a morte de 19 pessoas e impactos ambientais, sociais e econômicos em diversos municípios da bacia do Rio Doce. A Samarco é a 15ª empresa a aderir ao termo. As empresas que não aceitarem o acordo serão processadas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

## “Não tem isso agora”, diz Guedes sobre reajuste salarial a servidores

Em uma Conferência organizada pelo BTG Pactual, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou mais uma vez ser contra o reajuste para os servidores públicos.

Em um discurso de alucinado, ignorando completamente a real situação do Brasil, o ministro afirmou que o país vai muito bem e que o governo Bolsonaro está promovendo “uma revolução silenciosa”, com aprovação de reformas e “projetos que vão atrair investimentos para o país”, referindo-se às privatizações.

Sobre o reajuste reivindicado pelo funcionalismo público, o ministro questionou: “Nós vamos anular esses ganhos numa escalada de reajustes buscando reposições salariais de uma guerra?”.

“Perdas salariais foram sofridas no mundo inteiro. Não só salariais. Perdas de capital. Perdas de mundo perdeu. Agora vamos com aquela ideia de buscar reposições, mergulhar naquele passado de reindexações? Ou vamos ter coragem de assumir o dinheiro público e dizer: não tem isso agora”, disse o ministro dono de offshore milionária em paraíso fiscal.

Ao mesmo tempo em que se colocou abertamente contrário ao aumento salarial para os funcionários públicos, na mesma semana,

Guedes propôs a Bolsonaro conceder um benefício de R\$ 400 na remuneração do Vale-Indenização dos servidores, na tentativa de diminuir a insatisfação da categoria, que amarga cinco anos sem reajuste.

O ministro justificou a medida com o argumento de que assim, Bolsonaro concederia um aumento linear para todos os servidores públicos e, claro, se livraria da esparrela em que se meteu quando prometeu reajuste apenas às categorias da segurança pública, e acabou desencadeando a maior manifestação do funcionalismo dos últimos tempos.

A proposta de Guedes também se dá após o encontro de diretores da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União) com o presidente do STF, Luiz Fux, em que os sindicalistas foram pedir apoio à reivindicação de reajuste da categoria, no que Fux se mostrou favorável.

Além do mais, conforme consultas informais feitas por auxiliares do governo, ministros do STF teriam avisado que não viam com bons olhos a concessão de reajuste apenas aos policiais, e que isso poderia desencadear uma série de ações na Corte cobrando o mesmo tratamento para todos os servidores.

## Aposentados poderão pedir inclusão de todas as suas contribuições ao INSS

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria a favor dos aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) no julgamento sobre o direito da “revisão da vida toda”. Com isso, os aposentados poderão pedir na Justiça a inclusão de todas as suas contribuições ao INSS, inclusive as realizadas antes da criação do Real, no cálculo da média salarial para aumentar a aposentadoria.

A revisão, aprovada pela maioria dos ministros do STF (6 votos a 5), corrige uma distorção criada pela Reforma da Previdência de 1999, que retirou do cálculo as contribuições anteriores a 1994, quando foi criado o Real.

Com essa distorção, as pessoas que tiveram suas maiores contribuições antes de 1994, ao se aposentarem depois disso, tiveram benefícios menores do que poderiam ter.

Conforme explicou à CNN a advogada especializada em direito trabalhista e previdenciário Cristiane Grano Haik: “Vamos supor que a pessoa contribuía desde 1980: tudo o que foi de 1980 a 1994 não entra nesse cálculo da aposentadoria dela, como se não tivesse contribuído”.

O voto favorável do ministro Alexandre de Moraes, que havia pedido vista do processo no início do julgamento, em junho do ano passado, foi decisivo para a vitória dos aposentados.

“O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da lei 9.876, de 26/11/1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC em 103/2019, que tornou a regra transitória definitiva, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja

mais favorável”, afirmou o ministro ao votar na madrugada desta sexta-feira (25).

Para o relator, ministro Marco Aurélio, “desconsiderar os recolhimentos realizados antes da competência de julho de 1994 contraria o direito ao melhor benefício e a expectativa do contribuinte, amparada no princípio da segurança jurídica, de ter levadas em conta, na composição do salário de benefício, as melhores contribuições de todo o período considerado”.

Os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Ricardo Lewndowski mantiveram seus votos favoráveis aos aposentados preferidos no início do julgamento, no ano passado.

Votaram favoráveis ao recurso do INSS os ministros Nunes Marques, Dias Toffoli, Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Luiz Fux.

“O STF garantiu justiça social aos aposentados, trazendo para o cálculo de suas aposentadorias a aplicação da regra permanente de cálculo quando a transitória não lhe for favorável. A decisão do Supremo vai de acordo com o princípio constitucional da segurança jurídica, e os aposentados poderão corrigir a injustiça em seus benefícios, onde os salários de contribuição anteriores a julho de 1994 foram descartados pelo INSS. O STF foi um verdadeiro guardião da nossa Constituição Federal”, disse o advogado João Badari, que atuou como amicus curiae na causa.

Para Warley Martins, presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP), a decisão traz justiça ao aposentado. “Foi uma decisão justa, que não vai beneficiar todos os aposentados, mas sim àqueles que de fato têm direito e bom proveito com essa revisão”, afirmou.



## Deputados defendem urgência em votação do piso da enfermagem

Na última quarta-feira (23), o grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que analisa o impacto financeiro e orçamentário do novo piso salarial da enfermagem aprovou, por unanimidade, o relatório do deputado Alexandre Padilha (PT-SP). O novo piso nacional da categoria está previsto no Projeto de Lei 2564/20, oriundo do Senado, e fixa a remuneração mínima de enfermeiros em R\$ 4.750, a de técnicos de enfermagem em R\$ 3.325 e a de auxiliares e de parteiras em R\$ 2.375.

Padilha afirmou que o montante de R\$ 16,31 bilhões representa 2,7% do PIB da Saúde em 2020, 3,65% do orçamento da Saúde no mesmo ano e um acréscimo de apenas 2,02% na massa salarial anual dos contratantes. Ele destacou, ainda, que no setor privado o aumento de despesa corresponde a 4,8% do faturamento dos planos e seguros de saúde em 2020.

O aumento com folha de pagamento da ordem de R\$ 16,31 bilhões previsto no texto, corresponde aos gastos com pessoal de instituições de saúde públicas, privadas e filantrópicas. O projeto precisa passar ainda por quatro comissões temáticas e pelo Plenário da Câmara.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) sugeriu a aprovação de regime de urgência para o projeto, o que permite que ele seja analisado diretamente pelo Plenário. “Esse relatório, ao indicar que o impacto é absorvível pela economia e pelo setor privado,

nos dá a possibilidade de pedir imediatamente ao presidente da Casa que coloque em votação o regime de urgência para a matéria”, disse a parlamentar.

Célio Studart (PV-CE), defendeu que a definição do piso não se trata de gastos, mas de investimento nas carreiras que se mostraram essenciais nesse período de crise sanitária. “O nosso papel nesta Casa a partir de agora, com esse relatório, é mostrar que é possível [aprovar o projeto] e que não é impacto, é investimento”, disse.

“A Enfermagem não está brincando. Eles estão exaustos, cansados e precisam sentir que ainda há dignidade e justiça para receber do Brasil”, completou o parlamentar cearense.

A deputada federal, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), destacou que “o que temos que fazer agora é o trabalho político de convencimento dentro da Casa para que esse projeto seja levado ao Plenário e aprovado. O piso é urgente, a Enfermagem está afrita e merece”.

“Esta é uma batalha que acompanho há muitos anos e queremos valorizar a enfermagem com ações concretas, efetivas”, afirmou o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA). “Os aplausos precisam ser transformados em investimentos. Recursos gastos em saúde, no SUS, são investimentos na vida. Não pode caber qualquer desculpa para não garantir a valorização da enfermagem”, afirmou.

## Stella Calloni: avanço da Otan rumo à fronteira da Rússia é ameaça à segurança do país

“O que está havendo na Ucrânia é uma campanha feroz de desinformação, uma guerra suja da Casa Branca e uma campanha movida pela mídia dos Estados Unidos contra a Rússia em favor das forças nazifascistas, com vídeos falsos e fake news”, afirmou em entrevista exclusiva a jornalista argentina Stella Calloni. Correspondente de guerra, especialista em Política Internacional, ganhadora de inúmeros prêmios, como o Latino-americano de Jornalismo de 1987, Stella denunciou as “perseguições e crimes de lesa-humanidade praticados durante anos pelo governo ucraniano” e alertou que “parcela expressiva da população de todos os nossos países está sendo intoxicada pelas mentiras que vêm consumindo, o que vai contra os seus próprios interesses”. “O fato é que a informação está sendo usada como arma de guerra do Pentágono”, sublinhou.

LWS

**Vladimir Putin afirmou que a ação da Rússia foi uma resposta da agressão feita pela Ucrânia, e que se posicionava pela desnazificação e desnuclearização do país vizinho como medida defensiva. Qual a sua avaliação das medidas adotadas?**

Acredito que a Rússia tomou uma medida urgente, adotou a posição que muitos esperavam há oito anos. O fato é que seu território está absolutamente rodeado por gente da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), por bases militares que foram instaladas em países da ex-União Soviética. Os Estados Unidos armaram uma grande provocação, se servindo da Ucrânia, que está sob um governo nazi, submetendo a população a perseguições, não só pessoas de esquerda ou judeus, a crimes de lesa-humanidade.

Há muita história mal contada sobre a Ucrânia. Em primeiro lugar, a Rússia aguardou oito anos por uma intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU). Havia a esperança que viesse alguém para salvar a população de Donetsk e Lugansk, no Donbass, que é um território estratégico. E nada.

As pessoas estavam sendo bombardeadas com disparos de mísseis, em massacres que acumulavam cadáveres. Foram quase 20 mil mortos! O número oficial divulgado é 15 mil, mas verificamos junto a vários canais de informação e vemos que a situação foi ainda pior.

Com as investigações feitas sabemos que as destruições causaram muitíssimos danos nestas duas províncias do Donbass [hoje Repúblicas independentes] que se manifestavam em favor da Federação Russa. A mídia pró-EUA não falava da enorme perseguição que ocorreu, nem dos que resistiram na praça Maidan ao golpe na Ucrânia manipulado pelos EUA em 2014, nem dos mortos posteriores.

E se desconhece devido à manipulação, porque 98% da informação a que temos acesso na América Latina pelos meios massivos de comunicação obedecem ao Pentágono. E por que ao Pentágono? Porque eles utilizam a informação como arma de guerra há muitos anos.

No Brasil vocês sabem muito bem porque já vivenciamos isso com a derrubada do presidente Getúlio Vargas e, posteriormente, suportando anos de ditadura em favor dos interesses estrangeiros.

Neste momento temos um império em decadência visível, palpável, não estamos inventando. Sabemos os problemas econômicos pelos quais estão passando os Estados Unidos, presenciamos como os seus setores mais fundamentalistas preparam as investidas, como armam junto às principais transnacionais do mundo.

E temos uma Europa submetida por seus próprios governos aos mandatários dos EUA, em que as medidas que tomam são um alinhamento cego. E isso está provocando uma enorme decadência europeia, países submetidos como colônias.

Leia a íntegra da matéria em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)



## Copa do Mundo de 2018 foi sediada na Rússia FIFA rompe com tradição de neutralidade ao fazer coro com a Otan contra a Rússia

A direção da FIFA se submete à campanha russófoba da Casa Branca e se alinha à beligerância via Otan ao expedir comunicado no qual ameaça impor restrições à participação da Rússia – uma das mais destacadas seleções participantes na história dos campeonatos internacionais de futebol – da Copa do Mundo. A competição mundial está prevista para este ano e jogos eliminatórios já estão em andamento.

Em ruptura com a tradição da FIFA de neutralidade e absoluto não alinhamento político, seu odioso comunicado discriminatório contra a seleção russa, anuncia que “nenhuma competição internacional poderá ser jogada no território da Rússia, com as partidas caseiras jogadas em território neutro em público. A associação que representa a Rússia participará sob o nome de Football Union of Russia (RFU) e não Rússia. Nenhuma

bandeira ou hino poderá ser utilizado nas partidas nas quais comparecerem os times da federação de futebol russa”.

O anúncio foi lançado neste domingo (27) pouco antes do jogo Rússia x Polónia pelas eliminatórias da Copa do Mundo previsto para se realizar em Moscou no dia 24 de março.

A União de Futebol da Rússia (RFU) que acolheu a Copa do Mundo de 2018, realizada na Rússia, declara que “ainda não recebeu nenhuma informação oficial da FIFA adiando ou cancelando os jogos das eliminatórias para a Copa do Mundo”.

“Nós não vemos nenhuma base legal para o cancelamento de jogos entre as seleções nacionais da Rússia e da Polónia, assim como do jogo subsequente entre os vencedores do jogo Suécia x República Checa [previsto para Moscou] e a RFU segue se preparando para estes jogos”, diz a federação russa.

# Nazistas que mataram manifestantes no golpe de 2014 atuam livremente



Horda lançou coquetéis molotov para incendiar a Casa do Sindicatos

## Filme francês mostra crimes de neonazis para instalarem o poder atual na Ucrânia

O filme sobre a “revolução colorida”, “Ukraine: Les Masques de la Révolution” (“Ucrânia: As Máscaras da Revolução”), do diretor francês Paul Moreira é um documentário sobre a crise instaurada na Ucrânia com a tomada do poder através do golpe da praça Maidan, instalando em Kiev uma junta neonazi a serviço da Casa Branca.

Ele foi realizado no âmbito do projeto “Special Investigation” (“Investigação Especial”) e foi exibido no canal de televisão francês Canal+ em maio de 2016.

Na época – como se podia esperar – a embaixada da Ucrânia na França pressionou o Canal+ para que desistisse de mostrar o filme, apoiada por setores da embaixada dos EUA.

A irritação do governo ucraniano deveu-se à determinação de Paul Moreira de contar dois episódios importantes no conflito naquela região: o surgimento de unidades paramilitares no processo de preparação do golpe de Estado conhecido como ‘Revolução EuroMaidan’ que derrubou o presidente Viktor Yanukovich, e também o massacre em Odessa em 2 de maio de 2014, realizado pelas gangues extremistas.

Em relação à tragédia em Odessa, o diretor francês tentou falar com testemunhas e participantes dos eventos, tanto com as vítimas, quanto com os nacionalistas para con-



Partido nazista Svoboda faz marcha de tochas

seguir uma imagem imparcial e multifacetada.

“Mais de quarenta pessoas foram queimadas vivas no centro de uma cidade europeia no século XXI com dezenas de câmeras e telefones inteligentes em toda parte, e ninguém geralmente lembra esta tragédia”, disse Moreira em seu blog dedicado à crítica de seu trabalho.

Em 2 de maio de 2014, dezenas de ativistas do movimento de protesto contra o golpe ocorrido em Kiev morreram no edifício da Casa dos Sindicatos de Odessa, incendiado por radicais da facção ultra-chauvinista ucraniana denominado “Setor de Direita” e seus cúmplices. De acordo com relatórios recentes, 48 pessoas morreram e 214 ficaram feridas.

“Durante meus estudos sobre o massacre — muitas vezes ignorado em nossa mídia —, tenho percebido a importância das milícias ditas nacionalistas”, disse Moreira.

“Os batalhões de voluntários não são parte do exército, não estão sob a mesma disciplina, podem complementar o governo ou criar uma força policial paralela, e às vezes mostram uma ideologia neo-nazista”, diz o diretor.

Moreira acredita que a integração gradual dos radicais nas forças de segurança ucranianas foi devido à fraqueza das autoridades e apresenta um desafio para o futuro, visto que os batalhões de voluntários mantêm certa autonomia em relação ao controle central e, por vezes, têm as suas próprias linhas de abastecimento.

Além disso, o diretor destacou em seu filme as frequentes visitas de diplomatas americanos à Ucrânia e a brusca mudança de diretriz do país em proximidade com os EUA do golpe.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## Putin: “Nenhuma outra possibilidade nos foi deixada para proteger a Rússia e o nosso povo”

O presidente russo Vladimir Putin anunciou na quinta-feira (24), em discurso à nação russa, que seu governo deflagrou uma operação militar especial para “desmilitarizar e desnazificar” a Ucrânia, levando a cabo os compromissos assumidos com o reconhecimento das repúblicas antifascistas do Donbass, que solicitaram assistência militar após a intensificação dos bombardeios ucranianos contra civis e uso de armas proibidas. Alvo da operação é deter a tentativa dos EUA de fazer da Ucrânia cabeça de ponte contra a Rússia, por meio da anexação à OTAN.

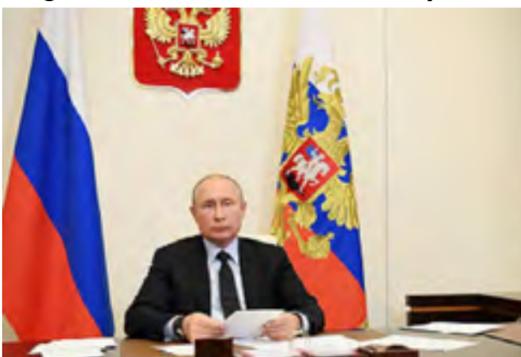
“Para o nosso país isso é, em última análise, uma questão de vida ou morte, uma questão de nosso futuro histórico como povo. Esta é uma ameaça real não só aos nossos interesses, mas também à própria existência do nosso Estado, à sua soberania”, acrescentou Putin.

“Esta é a linha muito vermelha que tem sido falada muitas vezes. Eles a atravessaram”, enfatizou o presidente russo.

“A este respeito, sobre a situação no Donbass, vemos que as forças que deram um golpe de Estado na Ucrânia em 2014 tomaram o poder e o mantêm com a ajuda, de fato, de procedimentos eleitorais decorativos, finalmente desistiram da solução pacífica do conflito”, afirmou Putin.

“Durante oito anos intermináveis, fizemos todo o possível para resolver a situação por meios pacíficos e políticos. Tudo em vão”.

“É simplesmente impossível suportar tudo isso. É necessário deter imediatamente esse pesa-



“Queriam fazer da Ucrânia cabeça de ponte da Otan”

delo: o genocídio contra os milhões de pessoas que vivem lá, que confiam apenas na Rússia, que depositam suas esperanças apenas em nós”, destacou o líder russo.

“Essas aspirações, sentimentos, a dor do povo foram para nós a principal razão para tomar a decisão de reconhecer as repúblicas populares do Donbass”.

Como alertou Putin, “os principais países da OTAN, para alcançar seus próprios objetivos, apoiam em tudo aos chauvinistas extremistas e neonazistas na Ucrânia”, esses que, por sua vez, “nunca perdoarão os moradores da Crimeia e Sebastopol por sua livre escolha: a reunificação com a Rússia”.

Putin assinalou que os chauvinistas e neonazistas “irão contra a Crimeia, como no Donbass, com uma guerra, para matar, como as gangues de nacionalistas ucranianos, cúmplices de Hitler, mataram pessoas indefesas durante a

Grande Guerra Patriótica. Eles afirmam abertamente que reivindicam vários outros territórios russos”.

“O confronto da Rússia com essas forças é inevitável”, afirmou Putin. “É só uma questão de tempo: eles estão se preparando, estão esperando o momento certo. Agora eles também aspiram possuir armas nucleares. Não vamos permitir”.

Como disse antes, após o colapso da URSS a Rússia aceitou as novas realidades geopolíticas, sublinhou Putin, apontando que “respeitamos e continuaremos a tratar com respeito todos os países que surgiram no espaço pós-soviético”.

“Um exemplo disso é a assistência que prestamos ao Cazaquistão, que enfrentou eventos trágicos que desafiaram sua condição de Estado e integridade”, assinalou Putin.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

No incêndio da Casa dos Sindicatos perpetrado por milicianos, em Odessa, 42 manifestantes contra o golpe de cunho nazista patrocinado pela Casa Branca morreram carbonizados

Os criminosos que atearam fogo em prédio dos sindicatos e causaram o massacre em 2014, além de permanecerem impunes até hoje, integram as forças armadas na Ucrânia.

O presidente russo, Vladimir Putin, se comprometeu em levar a julgamento os autores do assalto neonazista à Casa dos Sindicatos em Odessa quando 42 manifestantes antifascistas morreram queimados vivos e mais de 200 ficaram feridos, em 2 de maio de 2014. A declaração foi no discurso em que anunciou medidas em curso para desnazificar a Ucrânia e causou grande expectativa entre os sobreviventes de que, afinal, se faça justiça, decorridos já quase oito anos.

Putin se referiu ao massacre que naquele dia teve o seguinte desenrolar trágico: em maior número, os neonazistas haviam invadido a Praça Kulikovo, incendiando as barracas do acampamento em favor do referendo pela federalização da Ucrânia, promovendo espancamentos e disparando tiros, e os manifestantes antifascistas tiveram de se abrigar no prédio da Casa dos Sindicatos, em frente, enquanto a polícia simplesmente olhava.

Coquetéis molotov arremessados pelos neonazistas acabaram por incendiar o prédio e aqueles em desespero, que pularam das janelas tentando escapar, eram simplesmente linchados a pauladas e chutes.

Um sobrevivente relatou que “gente foi queimada viva dentro do prédio”, sem ter como sair. Quem conseguia, era atacado pela turba “como um bando de lobos”. “Tivemos de passar sobre cadáveres quando descemos as escadas”.

Além da ausência de investigação ou punição, milícias fascistas que se criaram durante o golpe de 2014, a exemplo do Batalhão Azov, hoje integram a estrutura das Forças Armadas da Ucrânia.

### “VÁ E VEJA”

Um “Vá e Veja” em pleno século 21, registrado por celulares. Testemunhas descreveram como no percurso para a Praça Kulikovo a turba de fascistas percorreu as ruas aos gritos de “esfaqueiem os moscovitas”, “morte aos inimigos” e “glória à Ucrânia” (a do nazista Bandera e da Otan).

Segundo a Novosti, uma “alta fonte” do Ministério do Interior ucraniano revelou que integrantes dos batalhões especiais Vostok e Shtorm, vestidos em roupas civis, foram responsáveis pelas “mortes e espancamentos dos oponentes de Maidan”.

Depois de integrarem a tropa de choque do golpe de Estado na Praça Maidan, as gangues neonazistas haviam sido deslocadas de ônibus até às áreas de população russa para abafar com tiros os protestos que se espalhavam.

O líder do Setor Direita, Dmytro Yarosh, louvou o massacre de Odessa como “mais um dia brilhante na nossa história nacional”. Dias antes, ele havia anunciado a formação do “Batalhão Donbass” e que seus fascistas tinham “cruzado o rio Dniepr”.

Entre as vítimas da Casa dos Sindicatos, mulheres, garotos do Komsomol e crianças. A mídia imperial tentou jogar a culpa às vítimas carbonizadas – enquanto as ‘investigações’ encenadas pelo regime de Kiev insistiam em ‘achar o rastro russo’.

### “OS CONHECEMOS”

Putin declarou que “os criminosos que cometeram essa atrocidade não foram punidos. Ninguém está procurando por eles. Mas nós os conhecemos pelo nome. E faremos de tudo para puni-los, encontrá-los e levá-los à justiça”.

Em entrevista à RT, Alexander Yakimenko, que liderava o acampamento antifascista perto da Casa dos Sindicatos naquele dia, disse que o discurso de Putin “traz esperança de que a investigação do crime em Odessa seja retomada”.

“Isso é esperado há muito tempo. E não apenas os parentes dos mortos e os que sofreram, mas todos os habitantes de Odessa. Porque o mal deve ser punido. A investigação deve ser reaberta e os assassinos condenados”.

“Tomei a decisão de entrar na Casa dos Sindicatos, pois

já estava sendo disparado fogo aberto contra nós, simplesmente não havia outras rotas de fuga. E já no dia 4 de maio fui preso. No total, passei cerca de seis meses na prisão. Havia espancamentos e torturas constantes”, relatou Yakimenko. Eles só foram libertados alguns meses depois, em uma troca de prisioneiros entre Kiev e o Donbass.

Outros manifestantes antifascistas foram presos logo ali, no local, enquanto os linchadores e incendiários não eram molestados pela polícia. As investigações mostraram que o socorro dos bombeiros foi retardado por interferência dos neonazistas.

### ODESSA NÃO ESQUECE

Dois dias depois, o deputado regional Vyacheslav Markin, que morreu das queimaduras e do espancamento que sofreu, foi enterrado aos brados de “herói” e “Odessa não esquecerá nem perdoará”, depois de ser homenageado no parlamento local.

O ex-deputado da Câmara Municipal de Odessa, Vasily Polishchuk, que tentou investigar o massacre por conta própria quando exercia seu mandato, acabou precisando se refugiar na Rússia há sete anos. Além das ameaças sobre ele próprio, seu filho, Alexander, de 30 anos, foi linchado por uma multidão de jagunços, em uma passagem subterrânea, e chegou a ficar em coma por vários dias.

Segundo Polishchuk, a perseguição visa “calar a boca de todos que não concordam com o relato oficial de Kiev e querem revelar a verdade sobre o assassinato dos manifestantes de Odessa em 2 de maio”. O que precisa ser feito “para que os canchais sejam punidos é óbvio: é necessário retomar a investigação do caso criminal iniciado pelo Comitê de Investigação da Rússia. Caso contrário, estaremos esperando que sejam as autoridades de Odessa que nos libertem dos nazistas”.

### CIA E PENTÁGONO

É do premiado cineasta e escritor John Pilger uma das mais precisas descrições do que aconteceu na terceira maior cidade ucraniana naquele dia de terror e opressão.

“Tal como as ruínas do Iraque e do Afeganistão, a Ucrânia foi transformada pela CIA num parque temático – dirigido em Kiev pelo diretor da CIA John Brennan, com “unidades especiais” da CIA e do FBI a instalarem uma “estrutura segura” que supervisione ataques selvagens àqueles que se opõem ao golpe de Fevereiro. Assista aos vídeos, leia os relatos de testemunhas oculares do massacre em Odessa este mês. Bandidos fascistas transportados de ônibus incendiaram a sede da Casa dos Sindicatos, matando 41 pessoas presas no seu interior. Observe a polícia de prontidão. Um médico descreveu como tentou resgatar pessoas, “mas fui impedido por radicais nazis proucranianos. Um deles empurrou-me para longe brutalmente, prometendo que em breve eu e outros judeus de Odessa iriam se deparar com o mesmo destino... Gostaria de saber por que todo o mundo está mantendo silêncio”.

É dele, também, o relato sobre o golpe de Maidan. “Em Fevereiro, os EUA montaram um dos seus golpes “coloridos” contra o governo eleito da Ucrânia, explorando protestos genuínos contra a corrupção em Kiev. A secretária de Estado assistente, Victoria Nuland, selecionou pessoalmente o líder de um “governo interino”. Ela alcunhou-o como “Yats”. O vice-presidente Joe Biden veio a Kiev, tal como o diretor da CIA John Brennan. As tropas de choque do seu putsch foram fascistas ucranianos”.

### TROPAS DE CHOQUE

“Pela primeira vez desde 1945 um partido neonazi, abertamente anti-semita, controla áreas chave do poder de Estado numa capital europeia”, alertou então Pilger. “Nenhum líder europeu ocidental condenou a ressurreição do fascismo na fronteira através da qual invasores nazis ceifaram milhões de vidas, massacraram judeus e russos a quem chamam ‘insetos’”.

Leia íntegra da matéria em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# Chomsky critica intransigência dos EUA em expandir Otan até à Rússia



Presidentes Putin e Xi estreitam aliança e medida que EUA hostiliza Rússia e China

## Resposta da Rússia fora do Swift pode consolidar a União Eurásica e yuan

ELIAS JABBOUR\*

Tirar um país com a importância da Rússia do sistema de pagamentos de internacional, o Swift, tem um impacto imenso. Por exemplo, somente a Rússia poderia resolver os problemas de demanda energética imediata da Europa. Não se coloca um país como a Rússia fora do sistema internacional impunemente. Uma coisa é Cuba e Coreia Popular.

A Rússia terá de operar com o euro, fortalecendo a posição desta moeda. Por outro lado, poderá especular no mercado de ouro – e, o mais importante, do ponto de vista estratégico, consolidar a União Eurásica tendo o yuan como moeda oficial do bloco.

Isso coloca a posição chinesa em outro patamar. Único país com capacidade de entregar milhares de obras simultaneamente em qualquer lugar do mundo, a China terá um laboratório de integração física e financeira para chamar de sua.

O papel dos EUA continuará a ser o de polícia do mundo, defensor de uma ordem que desapareceu. Será como o imperador grego que deu origem ao termo “apostasias” por querer fazer a Grécia negar os valores cristãos. O mundo está interessante.

\*Elias Jabbour é professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) e em Relações Internacionais (PPGRI) da UERJ. Membro do Comitê Central do PCdoB.

Fonte: Vermelho

## PC da Rússia: “só com desmilitarização dos nazistas da Ucrânia se garantirá a paz”

“Os objetivos das autoridades dos EUA e seus satélites da OTAN de escravizar a Ucrânia não devem ser realizados”, afirma a declaração do Presidium (equivalente ao Secretariado) do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa em nota do dia 24\*.

A declaração apoia a decisão do governo da Federação Russa e enfatiza que a paz só pode ser alcançada quando se consiga “conter a agressividade da OTAN”, e mais: “Somente a desmilitarização e a desnazificação da Ucrânia garantirão segurança sustentável para os povos da Rússia, da Ucrânia e de toda a Europa”.

Segue a íntegra da nota do PCFR:

Após o apelo da liderança da DPR e da LPR, as autoridades russas lançaram uma operação político-militar destinada a forçar os provocadores nazistas à paz. As medidas tomadas visam garantir a paz no Donbass e a proteger a Rússia de ameaças cada vez mais agudas dos Estados Unidos e da OTAN.

A militarização da Europa Oriental após a dissolução do Pacto de Varsóvia é evidente. As intenções agressivas de Washington foram claramente realizadas no processo de destruição da Iugoslávia. Os objetivos das autoridades dos EUA e seus satélites da OTAN de escravizar a Ucrânia não devem ser realizados. Esses planos agressivos representam ameaças críticas à segurança da Rússia. Ao mesmo tempo, contradizem fundamentalmente os interesses do povo

ucraniano.

Os Estados Unidos estão aumentando suas capacidades competitivas no mundo global a qualquer custo. Eles não estão envergonhados pelo fato de que as sanções contra a Rússia, o torpedeamento do Nord Stream 2 e a ameaça de guerra na Europa levam a grandes perdas econômicas para os países da Zona do Euro. Hoje é especialmente importante para os povos do mundo perceber o aventureirismo da política de Washington e lembrar a experiência do amplo movimento antiguerra. A implantação de tal movimento garantiria a solidariedade com os povos amantes da paz da Rússia e da Ucrânia e protegeria seus direitos ao seu próprio desenvolvimento.

O Partido Comunista da Federação Russa procede da necessidade de desmantelar os resultados de muitos anos de bandeirização da Ucrânia. A política real em seu território é amplamente ditada por nacionalistas raivosos. Eles aterrorizam o povo ucraniano e impõem um curso político agressivo às autoridades. “Cedendo” sob essa pressão, Zelensky traiu os interesses de seus concidadãos, que o elegeram presidente da paz no Donbass e da boa vizinhança com a Rússia.

Nas condições em que a Federação Russa defendeu os cidadãos de Donbass, é necessário fornecer toda a assistência possível aos refugiados e civis do DPR e LPR. Apelamos a toda a sociedade para lhes prestar a assistência e o apoio necessários.

Leia mais no site do HP



“EUA se nega a atender solicitações da Rússia sobre sua segurança”, diz Chomsky

## “O que EUA e OTAN sustentam na Ucrânia é um regime neonazista”, afirma Carrion

Raul Carrion, historiador, escritor e político, vereador de Porto Alegre e duas vezes deputado estadual do Rio Grande do Sul, denuncia a hipocrisia dos EUA, que apoia forças nazistas e ameaça as fronteiras da Rússia

“Esta é a ultrajante bandeira das tropas neonazistas ucranianas, que desde 2014 – desrespeitando os acordos de paz de Minsk – atacam permanentemente as populações ucranianas e russas das Repúblicas Independentes de Lugansk e Donetsk”, denuncia o historiador. “Esses os criminosos que os EUA e a OTAN – responsáveis pelo ataque ao Iraque, invasão do Afeganistão, bombardeio da Iugoslávia, secessão de Kosovo, tentativa de secessão, da Chechênia destruição da



Fascistas ucranianos (reprodução)

Líbia, tentativa de subversão da Síria, algozes de Cuba, Venezuela, Irã, RPD da Coreia, instigadores da secessão de Taiwan, Hong Kong, Tibet – sustentam!”, acrescenta Raul Carrion. “Os povos do mundo, a cada dia que passa, vão

compreendendo melhor a hipocrisia sem limites do imperialismo estadunidense e dos seus vassallos europeus, aninhados na OTAN. Felizmente, o mundo em que os EUA ditavam as ordens, ao seu bel prazer, está terminando”, avalia.



Grupos armados apoiados pelos EUA e OTAN (reprodução)

## Forças ucranianas impedem estudantes negros de embarcarem em trens com destino à Polônia

As Forças Armadas e policiais da Ucrânia estão impedindo pessoas negras de embarcarem em ônibus e trens com destino à Polônia. A discriminação tem sido amplamente divulgada neste domingo em vídeos no Twitter sob a hashtag #AfricansinUkraine. De acordo com denúncia do portal Insider, a maioria é de estudantes africanos que estão sem suporte por parte das autoridades do país, que têm privilegiado os nativos nas ações de segurança. Segundo a reportagem, entidades estudantis de nigerianos na Ucrânia tentaram entrar em contato com sua embaixada em Kiev, mas não receberam resposta.

A estudante britânica de ascendência africana, Korrine Sky, de 26 anos, relata que estudantes africanos têm lutado para entrar nos ônibus que vão para a fronteira. “Algumas pessoas foram buscar ônibus, mas basicamente não permitem que negros entrem



Estudantes negros são preteridos no embarque nos ônibus. Estão priorizando os ucranianos. É o que dizem”, disse Sky.

Stephanie Hegarty, correspondente da BBC também compartilhou relatos de uma estudante: “Me disse que está esperando há 7 horas para atravessar. Ela diz que os guardas de fronteira estão parando os negros e mandando-os para o final da fila, dizendo que eles têm

O cientista norte-americano destaca que a retórica de Washington coloca mais lenha na fogueira ao não responder aos pedidos da Rússia por garantias da não entrada de tropas e armas da Otan na vizinha Ucrânia

O pesquisador norte-americano Noam Chomsky, em entrevista ao portal Truth Out, criticou a expansão da OTAN no Leste Europeu, que considera fundamental para entender o atual conflito entre Rússia e Ucrânia.

“A posição russa já é bastante clara há algum tempo. O ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, declarou na sua conferência de imprensa nas Nações Unidas: ‘A questão principal é a nossa posição clara sobre a inadmissibilidade da uma maior expansão da OTAN para o leste e a implantação de armas de ataque que possam ameaçar o território da Federação Russa’, destacou.

Em resposta à pergunta formulada pelo jornalista CJ Polychroniou sobre se seria correto dizer que a crise fronteiriça entre Rússia e Ucrânia deriva na realidade da posição intransigente dos EUA sobre integrar a Ucrânia na OTAN, Chomsky acrescenta que “o mesmo foi reiterado pouco depois por Putin, tal como ele já tinha feito muitas vezes antes. Há uma forma simples de lidar com a implantação destas armas: não as implantar. Não há justificativa para o fazer. Os EUA podem alegar que são defensivas, mas a Rússia certamente não o vê da mesma forma e com razão”.

Chomsky destaca que foram os governos dos EUA, que incentivaram a admissão de países do Leste Europeu como novos

## Rússia na ONU: “Agimos para deter as ameaças à segurança do país”

O embaixador permanente da Rússia na ONU, Vasily Nebenzya, afirmou ao Conselho de Segurança na quinta-feira (24) que “não estamos realizando uma agressão contra o povo ucraniano, isso é contra aquela junta que tomou o poder em Kiev”.

Ele também enfatizou que os eventos na Ucrânia “não podem ser chamados de guerra, esta é uma operação militar especial no Donbass, para defender nossa segurança”.

Nebenzya anunciou ainda que serão fornecidas “informações sobre como os eventos estão se desenvolvendo” e acrescentou que a Rússia continua aberta ao diálogo, “mas não vai permitir um novo massacre sangrento no Donbass”.

As repúblicas antifascistas do Donbass – Donetsk e Lugansk –, recém reconhecidas por Moscou depois de aguardar por sete anos que o regime de Kiev cumprisse os acordos de Minsk assinados, haviam pedido assistência militar russa contra o recrudescimento dos bombardeios ucranianos contra civis que alcançaram o auge na semana passada, e foram atendidas.

Na Conferência de Segurança de Munique, no fim de semana, em que EUA, vassallos e Otan escaramaram as pressões contra a Rússia, o chefe de governo de Kiev exigiu um “calendário” para anexação à Otan e ameaçou construir armas nucleares.

Zelensky se elegeu prometendo paz com o Donbass, respeito ao idioma russo e combate à corrupção, cometeu estelionato eleitoral, passou a rezar pela cartilha dos neonazistas e dos marioneteiros de

membros da Otan, atingindo a segurança da Rússia.

Assim, a entrada dessas nações ocorreu rapidamente depois que a Alemanha Democrática se juntou à Alemanha Federal. Posteriormente, as nações que antes tinham composto o bloco socialista europeu ingressaram na OTAN: República Tcheca, Hungria e Polônia (1999), Romênia, Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Eslovênia e Eslováquia (2004), Albânia e Croácia (2009), Montenegro (2017) e Macedônia do Norte (2020).

Sobre a postura de Washington de insistir na integração da Ucrânia na OTAN, Chomsky ironiza: “Os EUA rejeitam veementemente que a Ucrânia fique fora, proclamando ativamente sua dedicação apaixonada à soberania das nações, que não pode ser infringida: o direito da Ucrânia de ingressar na OTAN deve ser honrado. Essa posição de princípios pode ser elogiada nos EUA, mas certamente está provocando gargalhadas em grande parte do mundo, incluindo o Kremlin. O mundo não desconhece a dedicação inspiradora dos EUA à soberania, principalmente nos três casos que enfureceram particularmente a Rússia: Iraque, Líbia e Kosovo-Sérvia”.

O intelectual norte-americano indica que, em sua retórica, os Estados Unidos insistiam em colocar lenha na fogueira ao não responder aos pedidos da Rússia por segurança e garantia de não entrada das tropas da Otan na vizinha Ucrânia.

Washington.

No novo discurso à nação em que anunciou a “operação militar especial” para “desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia”, Putin destacara que os EUA e a Otan seguiam se negando a levar em consideração a exigência de fim da expansão da Otan e de volta dos sistemas de ataque ao quadro de 1997, e que o regime de guerra, esta é uma operação militar especial no Donbass, para defender nossa segurança”.

Nebenzya anunciou ainda que serão fornecidas “informações sobre como os eventos estão se desenvolvendo” e acrescentou que a Rússia continua aberta ao diálogo, “mas não vai permitir um novo massacre sangrento no Donbass”.

EXALTAÇÃO

No ano passado, a Ucrânia e os EUA foram os dois únicos países do planeta que votaram contra resolução da Assembleia Geral da ONU de condenação à exaltação ao nazismo. Batalhões neonazistas foram incorporados ao exército ucraniano.

EVITAR A GUERRA

Em reunião com empresários em Moscou para discutir a situação da economia sob a onda de sanções que está sendo despejada contra a Rússia, Putin disse que o Ocidente e o regime de Kiev “simplesmente não deixaram nenhuma chance de fazer diferente”, tais eram os riscos de segurança para a Rússia criados que “era impossível responder por outros meios”.

# André Lara Resende: A camisa de força ideológica da macroeconomia - (3)

Continuação da edição anterior

O neoliberalismo econômico que, há mais de quatro séculos, sustenta que o Estado não pode expandir seu passivo financeiro além do que foi capaz de acumular, seja em lastro metálico ou em impostos arrecadados, parece assim estar pregando contra os seus próprios interesses

ANDRÉ LARA RESENDE

**N**a economia aberta, é preciso ser qualificado, mas é o resultado da economia fechada que ilustra mais claramente que a contrapartida da expansão do passivo do Estado é a alta dos preços dos ativos financeiros do setor privado. Que a expansão do passivo financeiro do Estado tenha como contrapartida o aumento do ativo financeiro do setor privado é um resultado contábil trivial. A dívida pública é um passivo do Estado e um ativo do setor privado.

Diferentemente da dívida externa, que é detida por não residentes, o aumento da dívida pública interna não reduz a renda, nem a riqueza interna. Ao contrário, tem como contrapartida inevitável o aumento da riqueza privada, porque o passivo financeiro do Estado é equivalente ao ativo financeiro do setor privado. Tem, adicionalmente, um efeito redistributivo inequivocamente concentrador de renda e riqueza, pois o passivo é de toda a sociedade e o ativo é dos detentores da dívida pública, os agentes superavitários, capazes de acumular ativos financeiros como reserva de valor.

O neoliberalismo econômico que, há mais de quatro séculos, sustenta que o Estado não pode expandir seu passivo financeiro além do que foi capaz de acumular, seja em lastro metálico ou em impostos arrecadados, parece assim estar pregando contra os seus próprios interesses. Os mais ardorosos defensores da restrição ao endividamento público são justamente agentes superavitários do setor privado, mas a defesa da restrição ao aumento do passivo do Estado sempre foi seletiva. Primeiro, porque enquanto restringe a expansão do crédito concedido diretamente pelo Estado, deixa livre a expansão do crédito bancário. Segundo, porque ao longo da história, sempre houve exceções em relação às restrições para a expansão da dívida pública. O financiamento de guerras ao inimigo externo, em todas as épocas, foi visto como um motivo legítimo para abrir exceção. Da mesma forma, o socorro ao setor financeiro privado foi também sempre entendido como razão para suspender a conversibilidade da moeda e liberar a expansão do passivo monetário do Estado. Embora a teoria convencional se recuse a reconhecer que o Estado é o credor primário na economia, quem pode expandir o crédito e criar poder aquisitivo sem lastro, o seu papel de empresário de última instância, para socorrer o setor financeiro em momentos de crise, nunca foi questionado.

## 7. A TAXA DE JUROS

Vários são os conceitos de taxas de juros. A profusão de definições confunde, dado que a teoria se refere à taxa de juros, como se fosse um único e bem determinado conceito. A taxa real de juros, assim como conceitos mais esotéricos, como o da taxa neutra, não são observáveis, a não ser de forma indireta a partir de suposições subjetivas. A taxa de juros que pode ser inequi-

vocamente observada é a taxa nominal, a taxa em valores monetários para um determinado prazo. Diferentes taxas nominais de juros refletem o risco associado ao devedor e ao prazo do contrato. O Estado emissor da moeda fiduciária não corre risco de não ter recursos para resgatar sua dívida no vencimento.

O ponto é mal compreendido. Os Estados podem não ter como honrar compromissos de dívidas denominadas em moeda estrangeira, que não são capazes de emitir, mas, a menos que tomem a decisão política de não honrar a dívida denominada na sua moeda, podem sempre creditar monetariamente o detentor da dívida e pagar. Existe risco na dívida pública denominada em moeda estrangeira, mas não existe risco de crédito na dívida pública denominada em moeda nacional. A taxa de juros de um dia, “overnight”, da dívida pública denominada em moeda nacional, é a taxa sem risco para o prazo mais curto da economia. Por isso é chamada de taxa básica. Esta é a taxa que o banco central cobra, ou paga, para emprestar, ou tomar, reservas bancárias do sistema financeiro por um dia. Apesar de já aprovado em lei o pagamento de juros nas reservas voluntárias do sistema bancário, como já é prática da maioria dos bancos centrais no mundo, o Banco Central do Brasil ainda opera primordialmente com operações de curtíssimo prazo, com lastro em títulos públicos, conhecidas como “operações compromissadas”.

Independentemente de como opere o banco central, com reservas remuneradas ou com operações compromissadas, a taxa básica das reservas bancárias é hoje reconhecidamente o principal instrumento de política monetária. O banco central determina a taxa básica e toma, ou empresta, as reservas ofertadas, ou demandadas, pelo sistema financeiro nesta taxa. Repito para deixar claro: a taxa básica de juros nas reservas bancárias é fixada pelo banco central, é o seu principal instrumento de política. Ao fixar a taxa básica, o banco central se torna um doador ou um tomador passivo de reservas para o sistema financeiro. A taxa de juros é determinada pelo banco central e as reservas bancárias, o principal componente da base monetária, são determinadas pela demanda da economia. A quantidade de crédito na economia, decidida pelo otimismo dos empresários e do sistema financeiro, determina a demanda por reservas bancárias, a base monetária, que o banco central se vê na obrigação de suprir, para garantir o controle da taxa básica. Dito na linguagem técnica dos economistas: a taxa de juros é exógena e a moeda é endógena. Ocorre que todo o raciocínio econômico convencional parte do pressuposto oposto, de que a taxa de juros é endógena, determinada no mercado, e que a moeda é exógena, con-



trolada pelo banco central.

## 8. O BANCO CENTRAL DETERMINA A TAXA DE JUROS

Apesar de ter ficado claro que o banco central não controla os agregados monetários, o que já foi incorporado nos cursos avançados de macroeconomia, grande parte dos analistas ainda raciocina como se a taxa de juros fosse determinada pelo mercado e não um instrumento do banco central. Mais uma vez, a confusão entre os diferentes conceitos de taxas de juros permite que se sustente, ao mesmo tempo e aparentemente sem contradição, que a taxa de juros é determinada no mercado e que o banco central controla a taxa de juros. O banco central controlaria a taxa básica, mas “a” taxa de juros seria determinada pelas forças do mercado. A taxa de juros nos títulos de longo prazo da dívida pública é recorrentemente utilizada pelos analistas como indicador da pressão exercida pela demanda de financiamento do Estado no mercado de “loanable funds”. Os desvios significativos da taxa longa em relação à taxa básica são invocados como evidência do “risco fiscal”, de que o banco central não controla “a” taxa de juros, mas apenas a taxa básica.

As taxas para diferentes prazos da dívida podem efetivamente apresentar desvios, para cima ou para baixo, em relação à taxa básica. A chamada estrutura a termo das taxas, a “yield curve”, ou a “curva dos juros”, que associa as taxas aos prazos da dívida, pode tomar diferentes formas. Pode ser positivamente inclinada, com as taxas mais altas para prazos mais longos, “flat” ou paralela ao eixo horizontal do tempo, ou ainda negativamente inclinada. Ao fixar a taxa básica por um dia, o banco central determina o primeiro ponto da curva, mas o mercado determina as taxas para todos os demais prazos.

Ocorre que o mercado determina as taxas, para os diferentes prazos, estimando as sucessivas taxas de um dia, de overnight, determinadas pelo banco central até lá. A taxa de um ano é a estimativa do mercado do custo de aplicar, sucessivamente por 365 dias, à taxa básica. Este é o custo de financiar a compra do título de um ano no mercado interbancário de reservas até o seu vencimento, o custo de “carregar” o título até o vencimento. Dado que as sucessivas taxas de overnight são determinadas pelo banco central, tudo que o mercado faz, ao precificar títulos mais longos, é estimar a trajetória da taxa básica para o prazo do título. Como há incerteza sobre a trajetória das taxas

a serem fixadas pelo banco central, ao precificar os títulos mais longos, o mercado exige um prêmio sobre o custo de carregamento. Quanto maior o prazo, maior a incerteza, maior o prêmio exigido.

Este prêmio de risco é muitas vezes, equivocadamente, considerado uma estimativa do risco de crédito da dívida. Equivocadamente, porque não existe risco de default na dívida denominada na moeda fiduciária do seu emissor. O prêmio, nos prazos mais longos da dívida, é efetivamente um prêmio de risco, mas de risco do carregamento, risco de que a trajetória da taxa básica possa vir a ser superior à prevista, não risco de crédito do Estado.

Como as taxas para diferentes prazos de dívida são calculadas pelo mercado com base no custo de carregamento que é determinado pelo banco central, toda a estrutura a termo das taxas é determinada pelo banco central. A incerteza sobre a trajetória da taxa básica é o que leva o mercado a pedir um prêmio nos prazos mais longos, mas como a curva dos juros é baseada no que o mercado espera que seja a política do banco central para a taxa básica até os diferentes prazos de vencimentos, é o banco central quem influencia toda a curva de juros. Se a incerteza sobre a política do banco central em relação à taxa básica for reduzida, também o prêmio do mercado para os prazos mais longos será reduzido. Essa é a razão pela qual os bancos centrais passaram a anunciar como pretendem conduzir suas políticas de juros no futuro. O “forward guidance”, ou direcionamento futuro, é uma forma de reduzir o risco de carregamento e influenciar a curva de juros. Ainda que o banco central anuncie o que irá fazer, a incerteza sobre a trajetória da taxa básica não desaparece por completo, pois é sempre possível que o banco central mude de ideia e não faça o que se comprometeu a fazer.

Para eliminar a incerteza, é preciso que o banco central não apenas anuncie o que pretende fazer, mas compre e venda títulos nas taxas anunciadas para os diferentes prazos ao longo da curva de juros. “Put your money where you mouth is”, ponha seu dinheiro no que diz, é o que passou a fazer recentemente o Banco do Japão. Ao comprar e vender títulos para os diferentes prazos da dívida, como já faz o Banco do Japão, o banco central determina toda a estrutura a termo dos juros, o que lhe dá um instrumento muito mais poderoso do que apenas a fixação da taxa básica de overnight.

## 9. O PRAZO DA DÍVIDA É IRRELEVANTE

O mercado pode, ainda assim, discordar do banco

central. Pode, por exemplo, achar que a taxa fixada para os títulos de longo prazo são insuficientes, que a inflação mais alta do que pressupõe o otimismo do banco central irá mais à frente forçá-lo a subir as taxas, e quem comprou títulos longos terá prejuízo. O mercado procurará então fugir dos prazos mais longos e se concentrar nos mais curtos, para os quais acredita que o banco central irá efetivamente manter as taxas com as quais se comprometeu.

De fato, ao fixar as taxas, comprando e vendendo títulos para os prazos ao longo da curva, o banco central abre mão do controle sobre o prazo médio da dívida. Se o mercado desconfiar que as taxas para prazos mais longos estão subestimadas, que o banco central será obrigado a elevar a taxa básica antes do vencimento dos títulos, haverá mais vendas para o banco central do que compras pelo mercado de títulos longos, e o prazo médio da dívida será reduzido.

O raciocínio convencional é que o encurtamento do prazo da dívida é indesejável, que quanto mais longa a dívida, menos problemático é o seu refinanciamento. Esta é uma visão justificada quando os mercados de dívida eram ilíquidos e as mãos do banco central estavam amarradas pela disponibilidade de lastro metálico. No passado, grande parte dos compradores de títulos públicos eram tomadores finais que pretendiam levá-los até o resgate, pois não havia liquidez para compra e venda no mercado sem grandes deságios e o banco central, restrito pela exigência de lastro metálico, não poderia garantir a liquidez aos títulos da dívida. Sem a restrição de lastro para a emissão de moeda, o banco central pode sempre recomprar ou refinar a dívida do mercado com emissão de reservas bancárias. Por isso a dívida pública é hoje extremamente líquida, mesmo para grandes valores, negociada em mercado sem deságio em segundos. Toda a reserva de liquidez do sistema financeiro é mantida em títulos públicos. A dívida pública é, hoje, a moeda que paga juros.

A colocação de títulos longos não garante que o banco central, diante de uma crise de confiança, não venha a ser obrigado a recomprá-los ou refinanciá-los. Como uma parcela expressiva dos títulos longos são carregados pelas instituições financeiras, diretamente em suas carteiras ou nos fundos administrados por elas, sempre financiados no interbancário a prazos mais curtos, a alta das taxas dos papéis longos pode provocar perdas expressivas, o que obriga o banco central a intervir para evitar uma crise



Imagem: Marcello Casal Jr/ Agência Brasil

mais grave. Ora, se o banco central será sempre obrigado a intervir, como prestador de última instância, para impedir perdas mais expressivas e salvar o mercado, o prazo médio da dívida é irrelevante.

Toda dívida, por mais longa que seja, está sujeita a uma garantia de recompra pelo banco central, em caso de crise de confiança e iliquidez no mercado.

Por que então alongar a dívida? Por que pagar um prêmio nos títulos longos carregados pelo sistema com financiamento de curto prazo no interbancário? O prêmio dos papéis longos é apropriado pelo sistema bancário, que se financia com o público no curto-prazo e, em caso de iliquidez, diretamente com o banco central.

Além do prêmio de carregamento, o sistema financeiro se beneficia da assimetria em relação aos movimentos da taxa básica: quando as taxas sobem, o banco central é obrigado a intervir para evitar uma crise, mas quando se reduzem, o ganho da valorização dos títulos é do sistema. Liquidez é uma qualidade da qual o aplicador em títulos públicos só está disposto a abrir mão mediante um prêmio na taxa de juros. Ainda assim, só está disposto a alongar o prazo quem tem acesso ao financiamento do interbancário irrigado pelo banco central, ou seja, o sistema bancário. Grande parte do financiamento da dívida é de curtíssimo prazo, o prêmio dos títulos mais longos é apropriado pelo sistema financeiro, que faz a transformação de prazos, carregando papéis longos financiados no curto prazo pelo público.

A única razão para emitir títulos de mais longo prazo é poder balizar a estrutura a termo das taxas de juros. Com títulos longos e intervenção ativa ao longo da curva, como faz o Banco do Japão, o banco central tem um instrumento muito mais poderoso do que apenas a taxa básica de overnight para a condução da política monetária. O banco central não apenas fixa a taxa básica, como tem como determinar toda a estrutura a termo da curva de juros.

A taxa de juros não é resultado da oferta e da demanda de fundos emprestáveis, de “loanable funds”, não é o resultado do equilíbrio entre a poupança e o investimento, mas sim da política de juros do banco central. Como observado por Keynes na Teoria Geral, a taxa de juros é determinada no mercado monetário. O mercado monetário é o mercado de dívida pública, dado que a moeda é dívida pública, é o passivo de curtíssimo prazo do Estado. A moeda só se distingue de títulos de dívida pelo fato de não pagar juros e não ter prazo de resgate, mas a moeda é dívida pública, é uma perpetuidade que não paga juros, mas é dívida pública de toda forma. O banco central dita a taxa básica do mercado monetário e tem como controlar toda a estrutura a termo das taxas de dívida pública. A conclusão é irrefutável: a taxa de juros da dívida pública é determinada pelo banco central.

Continua na próxima edição